



Demonstrações Financeiras

1S26



Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao primeiro semestre de 2026. Seguimos todas as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Comentário Econômico

A atividade econômica brasileira continuou experimentando moderação no primeiro semestre de 2026. O PIB do primeiro trimestre cresceu um pouco acima do previsto, mas este resultado foi liderado principalmente por segmentos menos ligados ao ciclo econômico, como a indústria extrativa. A resiliência do mercado de trabalho e fatores pontuais como programas governamentais de estímulo ao crédito e a isenção do imposto de renda sustentaram o consumo das famílias, compensando parcialmente os efeitos da política monetária restritiva. Projetamos crescimento de 2,0% em 2026, patamar inferior aos 2,3% observados em 2025.

No âmbito da política monetária, o Banco Central deu continuidade ao ciclo de calibração da Selic, que encerrou o semestre em 14,25%, ressaltando riscos assimétricos altistas para a inflação, associados ao conflito no Oriente Médio e a fatores climáticos, sinalizando uma postura cautelosa ao longo do segundo semestre.

Com relação ao cenário internacional, as negociações entre as partes envolvidas no conflito no Oriente Médio sinalizam a possibilidade de reabertura do Estreito de Ormuz, o que contribuiria para alguma normalização dos preços do petróleo, ainda que sujeita ao risco de retrocessos nas negociações. O cenário externo permanece marcado por incerteza, com atenção adicional exigida pela condução da política monetária nos Estados Unidos e na Europa.

Destaques 2T26

Em abril de 2026, foi homologada e consumada a incorporação das ações de emissão da Bradesco Gestão de Saúde S.A. ("BGS") pela Bradsaúde ("Incorporação de Ações"), com a confirmação da relação de troca previamente estabelecida, sem ajustes. Com a consumação da Incorporação de Ações, a BGS passou a ser subsidiária integral da Bradsaúde, e a participação do Bradesco no capital social da Bradsaúde passou a representar 91,35% do capital total e votante (sem levar em conta eventuais exercícios do direito de retirada por acionistas dissidentes da Bradsaúde, cujo prazo se encerrou em 7 de maio de 2026).

Em maio de 2026, o Bradesco publicou os Relatórios Integrado e ESG referentes a 2025, arquivando-os também na CVM. Em conjunto, os documentos compartilham aspectos relevantes sobre o Bradesco, incluindo informações sobre governança, estratégia, modelo de gestão de riscos e oportunidades, além dos principais resultados financeiros alcançados no exercício e do desempenho em indicadores ambientais, sociais e climáticos.

Além disso, o Banco Bradesco S.A., no mês de junho de 2026, aprovou a proposta da Diretoria da Sociedade, para pagamento de juros sobre o capital próprio intermediários, no valor total de R\$ 3,5 bilhões, sendo R\$ 0,315359035 por ação ordinária e R\$ 0,346894939 por ação preferencial.



Informações Seleccionadas

1S26

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 12,1 bi

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 1,09 ON

R\$ 1,20 PN

ROAE

13,9%

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 16,58

VALOR DE MERCADO

R\$ 179,0 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I

12,8%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾

R\$ 175,2 bi

JCP R\$ 8,0 bi (bruto) | Payout 69% (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

(Jun26 vs. Jun25)

R\$ 1.136,6 bi (+11,6%)

PESSOAS FÍSICAS: R\$ 479,7 bi (+8,4%)

PESSOAS JURÍDICAS: R\$ 656,9 bi (+14,1%)

PROVISÕES TÉCNICAS

(Jun26 vs. Jun25)

R\$ 467,3 bi (+9,9%)

Vida e Previdência: R\$ 425,8 bi (+10,5%)

Seguros: R\$ 31,1 bi (+4,4 %)

Capitalização: R\$ 10,4 bi (+3,4%)

PROVISÃO PARA CARTEIRA EXPANDIDA

(Jun26 vs. Jun25)

R\$ 59,3 bi (+2,0%)

DEPÓSITOS TOTAIS

(Jun26 vs. Jun25)

R\$ 782,5 bi (+21,9%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(Jun26 vs. Jun25)

R\$ 963,8 bi (+19,0%)

VJR: R\$ 543,0 bi (+26,6%)

VJORA: R\$ 112,7 bi (+18,4%)

Custo Amortizado: R\$ 308,0 bi (+7,9%)

(1) Atribuído aos controladores.



Tecnologia e Inovação

No segundo trimestre de 2026, a tecnologia manteve papel fundamental na execução da transformação do Bradesco, impulsionando a estratégia AI Empowered Banking, ampliando eficiência operacional, acelerando a inovação e fortalecendo a capacidade de geração de negócios. A evolução do modelo Agile@Scale ampliou a integração entre negócios e tecnologia ampliando ainda mais o olhar para o cliente e reduzindo em 48% o *lead time* de desenvolvimento em comparação a 2024. Esse avanço amplia a velocidade de captura de oportunidades, reduz o tempo de implementação de iniciativas estratégicas e potencializa a evolução contínua da experiência dos clientes.

A estratégia AI Empowered continua impulsionando ganhos de produtividade e escala. A plataforma corporativa de IA (Bridge) ultrapassou 800 casos de uso distribuídos em mais de 160 projetos. Essa adoção crescente contribui para aumento da eficiência, fortalecimento da capacidade de execução do Banco e novas soluções para os clientes.

E, nesse contexto, nas jornadas de relacionamento com clientes, as soluções baseadas em IA ampliaram a personalização e a capacidade de atendimento. A BIA Clientes já conta com 90% de resolução de suas interações por meio da inteligência artificial. No WhatsApp, a plataforma alcançou aproximadamente 4 milhões de usuários, mantendo índices de resolutividade próximos de 88%, reforçando a eficiência dos canais digitais e contribuindo para uma experiência mais fluida e conveniente.

No ambiente interno, a utilização de ferramentas de IA engloba desenvolvimento de software, automação de testes e avaliação de riscos no desenvolvimento. A BIA Tech apoia a totalidade dos desenvolvedores, gerando quase 70% de eficiência na escrita de histórias e de códigos, além de automatizar testes e avaliações de risco. Já a plataforma BiaTech AgentiX conta com mais de 60 agentes Tech4Tech, ampliando a capacidade de execução de demandas de maior complexidade.

O WhatsApp vem ganhando espaço como canal oficial de distribuição de produtos e serviços. Implementamos a venda de cartões de crédito de ponta a ponta pela plataforma com validação biométrica, além de uma jornada de autosserviço de recuperação de crédito via parceiro Blip, para renegociação ágil. O canal também passou a concentrar transações Pix, pagamentos e agendamentos de boletos, além de viabilizar a consulta de saldo de outros bancos via Open Finance e o envio de notificações proativas de rastreamento de cartões.

Em paralelo, lançamos o canal Bradesco Shop para impulsionar ofertas exclusivas. Nas plataformas de negócios, o sistema Turbo de financiamento de veículos atingiu 80% de adoção entre correspondentes, com novos processos de *cross-selling* que elevaram a penetração de Seguro Prestamista e Seguro Auto, alavancando nossa posição nesse segmento.

Nos aplicativos, priorizamos autonomia, segurança e fluidez. Para Pessoa Física, a jornada de crédito imobiliário permite abater parcelas com FGTS de forma totalmente online. O aplicativo recebeu revitalização na compra de moeda estrangeira em espécie, consulta de margem para crédito consignado e cadastro de cartões de débito na Samsung Wallet. Na frente de investimentos, clientes contam com simulação de taxas em tempo real e abertura simplificada de conta na corretora com o Ágora One Click Journey. Para o público corporativo, o App Empresas e Negócios inaugurou uma área exclusiva de investimentos, enquanto o Open Cash Hub integrou as jornadas de recebimentos e pagamentos empresariais.

Sustentar esse ritmo exige forte investimento na formação de talentos. A comunidade tecnológica do banco conta com mais de 10 mil profissionais, que com a Tech Academy, tem à disposição milhares de horas de capacitação.

Como reconhecimento à consistência de sua estratégia tecnológica e capacidade de inovação, o Banco foi destaque em premiações internacionais, incluindo o reconhecimento como Best Bank for Technology pela revista The Banker, além de premiações relacionadas ao uso de Blockchain e Open Finance em soluções financeiras, reforçando seu posicionamento entre as instituições de referência em inovação no setor financeiro.



Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 10,7 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 12 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 26 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em: bradescopoderpublico.com.br.

Pessoas, Cultura & Performance

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 79.699 funcionários, sendo 67.954 do Banco Bradesco, 10.885 de Empresas Ligadas e 860 do exterior.

Para mais informações sobre Pessoas, Cultura & Performance, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site: bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que uma atuação consistente em governança, gestão e engajamento nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) é fundamental para o crescimento sustentável e para a perenidade das nossas operações, contribuindo para a geração de valor de longo prazo para todos os nossos *stakeholders*.

Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada pela integração dos temas ASG à gestão dos negócios, à transparência e à tomada de decisões.

Seguimos comprometidos com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde e inclusiva, acompanhando riscos e oportunidades associados.

Até junho de 2026, alcançamos 92,5% da meta de direcionar R\$ 450 bilhões até o final de 2026 destinada ao financiamento de negócios sustentáveis e ao apoio aos clientes em sua transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva.

Em maio de 2026, fomos um dos contemplados no 4º leilão do Programa Eco Invest Brasil, iniciativa do Tesouro Nacional voltada à mobilização de recursos para projetos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura verde na Amazônia Legal. O programa utiliza instrumentos de *blended finance* para atrair capital privado e internacional para a transição ecológica do país. Como resultado, assumimos o compromisso de estruturar aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em investimentos para projetos aderentes à agenda de negócios sustentáveis, reforçando o papel do Bradesco como agente mobilizador de capital para iniciativas que combinam desenvolvimento econômico, conservação ambiental e geração de impacto positivo para a sociedade.



Fomos destacados no ranking da Environmental Finance entre os 10 maiores bancos em número de empréstimos rotulados, incluindo operações verdes, sociais, sustentáveis e vinculadas à sustentabilidade. O ranking, baseado em dados de mercado, reforça nossa atuação no financiamento de uma economia de baixo carbono.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida por índices e *ratings* nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br/bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado pela área de Governança Corporativa, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Órgão possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato de 1 (um) ano. É composto por 3 (três) membros efetivos, eleitos pelos acionistas controladores, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Seção Governança Corporativa).



Auditoria Interna

Compete à Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração, considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada, prioritariamente, na aderência aos elementos mandatórios das Normas Internacionais para a Prática de Auditoria (IPPF - *International Professional Practices Framework*), do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), do Código de Conduta Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e das diretrizes internas definidas pela Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

As ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 3,9% do Ibovespa em 30 de junho de 2026. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBRX50 e IBR100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos é exercida de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência, rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação, inteligência artificial e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.



Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao *Chief Financial Officer* (CFO), acompanha as limitações e fragilidades dos modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à Comissão de Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de acultramento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, monitorar, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações, regulamentações e autorregulações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas às legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras, de acordo com as políticas internas da Organização, assim como, com as regras de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.



Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,6 bilhão

Previsão de investimentos
em 2026

R\$ 1,3 bilhão destinado ao custeio das despesas de atividades

R\$ 328 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional.

E esses investimentos permitirão:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos serão beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 2,0 milhões de usuários estarão matriculados em ao menos um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos 2T26

- Pelo 14º ano consecutivo, a Ouvidoria Bradesco foi reconhecida no Prêmio Ouvidoria Brasil, promovido pela Abrarec, com destaque em desempenho.
- Bradesco foi destaque mundial ao conquistar o reconhecimento máximo, Best Bank for Technology - Global, além de outros importantes troféus, como o Best Bank for Technology - Latin America e o primeiro lugar nas categorias AI & Machine Learning e Mobile, pela revista The Banker.
- Bradesco fica em primeiro lugar no Prêmio Acesso de Adolescentes e Jovens ao Mercado de Trabalho, pelo programa TEA.
- O Bradesco foi reconhecido no Festival Internacional de Criatividade de Cannes 2026 com o Dancebook Brasil, o projeto conquistou Ouro em Desing (Books) e Bronze em Industry Craft, consolidando-se entre os destaques brasileiros desta edição do evento.
- Pelo 7º ano consecutivo, o Bradesco, está entre os destaques do prêmio Best Workplaces, promovido pelo Infojobs, ocupando o top 5 na categoria de Instituição Financeira.
- Bradesco foi reconhecido, pela Anetec, como Melhor Anfitrião de Universidade Corporativa 2025.



Agradecimentos

Os resultados alcançados no semestre reforçam a consistência da estratégia da Organização Bradesco e sua capacidade de gerar valor de forma sustentável, acompanhando a evolução e necessidades do mercado. Também, refletem o compromisso contínuo com a inovação e a excelência no atendimento que construímos ao longo de nossa história. Porém, nada disso seria possível sem a confiança de nossos acionistas e clientes, que nos inspiram diariamente a evoluir. Da mesma forma, o empenho, a dedicação e a competência de nossos funcionários e demais colaboradores são fundamentais para a entrega de números sólidos e para a construção de um Banco cada vez mais forte e preparado para o futuro. A todos que fazem parte dessa trajetória, nosso muito obrigado.

Cidade de Deus, 29 de julho de 2026

Conselho de Administração e Diretoria

	R\$ mil		
	Nota	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo			
Disponibilidades	5	15.372.519	15.351.748
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		579.651.744	547.913.136
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	6a	543.034.953	526.937.396
- Instrumentos financeiros derivativos	7b	36.616.791	20.975.740
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	112.713.740	109.952.563
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	112.713.740	109.952.563
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.511.280.575	1.441.634.500
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	308.005.764	290.462.558
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	255.213.538	235.485.054
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	11	121.344.469	121.679.449
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	659.083.141	627.852.869
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	8.085.531	7.520.084
- Outros ativos financeiros	13	159.548.132	158.634.486
Ativos não financeiros mantidos para venda	14	2.527.565	1.612.862
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	15	14.719.915	13.348.433
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	16	8.547.051	8.626.609
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações	17	21.661.809	20.668.922
Impostos a compensar		29.795.477	12.779.690
Créditos tributários	36b	112.739.647	118.702.047
Outros ativos	18	22.599.407	16.137.253
Total do Ativo		2.431.609.449	2.306.727.763
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.656.185.562	1.585.281.245
- Recursos de instituições financeiras	19	434.454.710	427.099.494
- Recursos de clientes	20	746.926.753	721.274.151
- Recursos de emissão de títulos	21	334.633.911	306.260.682
- Dívidas subordinadas	22	55.017.974	54.714.526
- Outros passivos financeiros	23	85.152.214	75.932.392
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6b e 7b	33.659.437	18.562.103
Provisão para perda esperada	39c	2.946.355	3.056.120
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar		1.594.914	1.775.512
- Garantias Financeiras		1.351.441	1.280.608
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	24	467.328.481	445.994.253
Outras provisões	24b	33.974.909	35.460.514
Impostos correntes		1.844.070	2.003.486
Impostos diferidos	36d	7.206.270	5.450.471
Outros passivos	26	51.516.822	37.884.970
Total do passivo		2.254.661.906	2.133.693.162
Patrimônio líquido			
Capital social		93.770.000	87.100.000
Ações em tesouraria	27e	(288.591)	(168.625)
Reservas de capital		11.441	11.441
Reservas de lucros	27c	88.505.105	91.064.887
Outros resultados abrangentes		(6.767.628)	(5.768.664)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		175.230.327	172.239.039
Participação de acionistas não controladores	28	1.717.216	795.562
Total do Patrimônio Líquido		176.947.543	173.034.601
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.431.609.449	2.306.727.763

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil	
		Acumulado em 30 de junho	
		2026	2025
Receitas da Intermediação Financeira		135.429.751	107.713.575
- Operações de crédito e arrendamento mercantil		70.886.520	59.142.948
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7f III	46.900.750	38.695.066
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	2.251.470	391.931
- Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização		3.577.313	3.914.386
- Resultado de operações em moeda estrangeira		5.155.979	(1.446.661)
- Resultado das aplicações compulsórias	11b	6.374.434	5.471.643
- Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		283.285	1.544.262
Despesas da Intermediação Financeira		(85.488.418)	(63.501.661)
- Operações de captações no mercado	19e	(79.321.698)	(60.150.550)
- Operações de empréstimos e repasses	19d	(6.166.720)	(3.351.111)
Resultado da Intermediação Financeira		49.941.333	44.211.914
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	12	(20.994.616)	(17.123.425)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		28.946.717	27.088.489
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(14.173.267)	(16.212.345)
- Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	29	15.798.282	15.039.489
- Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	24a III	7.825.240	6.956.185
- Despesas de pessoal	30	(13.422.007)	(12.845.473)
- Despesas administrativas	31	(11.156.420)	(10.723.593)
- Despesas tributárias	32	(4.356.865)	(4.154.173)
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	15a	982.545	882.278
- Outras receitas operacionais	33	5.391.666	5.232.428
- Outras despesas operacionais	34	(12.661.125)	(11.406.632)
- Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras	25	(2.574.583)	(5.192.854)
Resultado Operacional		14.773.450	10.876.144
Resultado não operacional	35	27.795	(90.001)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação de Não Controladores		14.801.245	10.786.143
- Imposto de renda e contribuição social	36	(2.562.615)	1.226.151
- Participação de não controladores		(158.566)	(143.377)
Lucro Líquido		12.080.064	11.868.917
Lucro Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações Atribuível aos Acionistas (expresso em R\$ por ação):			
- Lucro por ação ordinária	27e i	1,09	1,07
- Lucro por ação preferencial	27e i	1,20	1,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Lucro líquido do período	12.080.064	11.868.917
Participação de acionistas não controladores	158.566	143.377
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	12.238.630	12.012.294
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(891.239)	341.342
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.302.259)	572.442
Próprios e de controladas	(2.233.700)	1.307.179
De coligadas e controladas em conjunto	(145.893)	(263.602)
Efeito dos impostos	1.077.334	(471.135)
Operações de <i>hedge</i>	554.827	16.904
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	730.390	(436.114)
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	282.158	489.917
Efeito dos impostos	(457.721)	(36.899)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	(143.807)	(248.004)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	(107.725)	476.422
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(107.733)	477.165
Próprios e de controladas	(170.578)	747.960
Efeito dos impostos	62.845	(270.795)
Avaliação atuarial	8	(743)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(998.964)	817.764
Resultado abrangente do período	11.239.666	12.830.058
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	11.081.100	12.686.681
Não controladores	158.566	143.377

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas | Muta  o do Patrimônio Líquido

	R\$ mil									
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	A��es em Tesouraria	Lucros / (Preju��zos) Acumulados	Patrim��nio l��quido atribuído aos acionistas controladores	Patrim��nio l��quido atribuído a acionistas n��o controladores	Totais
		��gio por Subscri��o de A��es	Legal	Estatut��ria						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(11.008.993)	(568.728)	-	160.486.709	794.924	161.281.633
Ajustes Iniciais na Ado��o das Resolu��es n�� 4.966/21 e 4.975/21	-	-	-	-	4.520.427	-	(3.315.194)	1.205.233	-	1.205.233
Saldo em 1�� de janeiro de 2025	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(6.488.566)	(568.728)	(3.315.194)	161.691.942	794.924	162.486.866
Cancelamento de a��es em Tesouraria	-	-	-	(622.724)	-	622.724	-	-	-	-
Aquisi��o de a��es em Tesouraria	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)	-	(222.621)
Aumento/Redu��o de participa��o de acionistas n��o controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.012)	(188.012)
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	817.764	-	-	817.764	-	817.764
Lucro l��quido	-	-	-	-	-	-	11.868.917	11.868.917	143.377	12.012.294
Destina��es:										
- Reservas	-	-	593.446	4.431.432	-	-	(5.024.878)	-	-	-
- Juros sobre o capital pr��prio pagos e/ou provisionados	-	-	-	-	-	-	(6.844.039)	(6.844.039)	-	(6.844.039)
Saldos em 30 de junho de 2025	87.100.000	11.441	14.888.424	74.466.719	(5.670.802)	(168.625)	(3.315.194)	167.311.963	750.289	168.062.252
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.100.000	11.441	15.356.673	75.708.214	(5.768.664)	(168.625)	-	172.239.039	795.562	173.034.601
Aumento de Capital Social com Reservas	6.670.000	-	(6.670.000)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisi��o de A��es em Tesouraria	-	-	-	-	-	(119.966)	-	(119.966)	-	(119.966)
Aumento/Redu��o de participa��o de acionistas n��o controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	763.088	763.088
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	(998.964)	-	-	(998.964)	-	(998.964)
Lucro L��quido	-	-	-	-	-	-	12.080.064	12.080.064	158.566	12.238.630
Destina��es:										
- Reservas	-	-	604.003	3.506.215	-	-	(4.110.218)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Pr��prio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(7.969.846)	(7.969.846)	-	(7.969.846)
Saldos em 30 de junho de 2026	93.770.000	11.441	9.290.676	79.214.429	(6.767.628)	(288.591)	-	175.230.327	1.717.216	176.947.543

(1) Inclui os efeitos da varia  o cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra  es Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	14.801.245	10.786.143
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	51.222.119	50.559.727
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.994.616	17.123.425
- Despesas com atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	25.170.569	28.232.670
- Constituição/reversão e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	2.943.046	5.733.035
- Depreciação e amortização	3.755.181	3.800.872
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(982.545)	(882.278)
- (Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	(89.591)	(124.094)
- (Ganho)/perda na venda de imobilizado de uso	4.847	98.611
- (Ganho)/perda na venda de investimentos	(393)	(51.709)
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior e outros	(693.284)	(3.543.490)
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	119.673	172.685
(Aumento)/redução nas variações em ativos	(78.106.522)	(83.467.299)
- Depósitos compulsórios no Banco Central	1.734.979	367.209
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.640.711	(2.956.427)
- Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(52.640.767)	(47.314.495)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(17.959.246)	(70.735.429)
- Impostos diferidos	6.220.765	687.046
- Outros ativos financeiros	(1.426.817)	37.482.434
- Outros ativos	(23.676.147)	(997.637)
(Redução)/aumento nas variações em passivos	45.622.350	(14.400.691)
- Depósitos e demais instrumentos financeiros	42.726.919	(14.093.662)
- Impostos diferidos	(1.065.181)	(3.351.095)
- Provisões	(8.265.416)	(8.826.057)
- Outros passivos	23.602.589	16.391.221
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.376.561)	(4.521.098)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	33.539.192	(36.522.120)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(60.304.373)	(23.018.893)
Alienação, vencimentos e juros de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	64.052.351	60.867.537
Vencimentos e juros de ativos financeiros ao custo amortizado	77.512.008	77.555.065
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(78.309.019)	(57.384.217)
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	832.501	397.716
Aquisição de investimentos	(931.179)	(2.721.828)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	360.471	282.987
Aquisição de imobilizado de uso	(1.278.927)	(2.815.318)
Alienação de imobilizado de uso	218.470	451.949
Aquisição de intangível	(3.619.215)	(2.636.299)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(1.466.912)	50.978.699
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Recursos de emissão de títulos	61.731.914	68.141.958
Liquidação e pagamentos de juros de recursos de emissão de títulos	(52.868.831)	(59.028.326)
Emissão/liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	(3.964.522)	(1.364.022)
Pagamento de arrendamento	(499.279)	(742.617)
Participação de não controladores	763.088	(188.012)
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(6.205.046)	(6.074.668)
Aquisição de ações em tesouraria	(119.966)	(222.621)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	(1.162.642)	521.692
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	30.909.638	14.978.271
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	193.516.834	208.023.801
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(119.673)	(172.685)
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	224.306.799	222.829.387
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	30.909.638	14.978.271

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil			
	Acumulado em 30 de junho			
	2026	%	2025	%
1 – Receitas	129.348.205	396,4	102.238.240	367,3
1.1) Intermediação Financeira	135.429.751	415,1	107.713.575	386,9
1.2) Prestação de Serviços	15.798.282	48,4	15.039.489	54,0
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(20.994.616)	(64,3)	(17.123.425)	(61,5)
1.4) Outras	(885.212)	(2,7)	(3.391.399)	(12,2)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(85.488.418)	(262,0)	(63.501.661)	(228,1)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(8.457.534)	(25,9)	(7.981.161)	(28,7)
Serviços de Terceiros	(2.362.185)	(7,2)	(2.490.258)	(8,9)
Processamento de Dados	(1.847.550)	(5,7)	(1.281.410)	(4,6)
Comunicação	(327.952)	(1,0)	(327.402)	(1,2)
Manutenção e Conservação de Bens	(542.203)	(1,7)	(653.062)	(2,3)
Serviços do Sistema Financeiro	(806.518)	(2,5)	(806.994)	(2,9)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(720.914)	(2,2)	(585.608)	(2,1)
Segurança e Vigilância	(222.220)	(0,7)	(241.780)	(0,9)
Transporte	(284.929)	(0,9)	(313.755)	(1,1)
Materiais, Água, Energia e Gás	(200.723)	(0,6)	(210.696)	(0,8)
Viagens	(118.086)	(0,4)	(93.026)	(0,3)
Outras	(1.024.254)	(3,1)	(977.170)	(3,5)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	35.402.253	108,5	30.755.418	110,5
5 – Depreciação e Amortização	(3.755.181)	(11,5)	(3.800.872)	(13,7)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	31.647.072	97,0	26.954.546	96,8
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	982.545	3,0	882.278	3,2
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	982.545	3,0	882.278	3,2
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	32.629.617	100,0	27.836.824	100,0
9 – Distribuição do Valor Adicionado	32.629.617	100,0	27.836.824	100,0
9.1) Pessoal	11.746.270	36,0	11.132.737	40,0
Proventos	7.337.813	22,5	6.749.017	24,2
Benefícios	2.610.766	8,0	2.714.106	9,8
FGTS	545.662	1,7	581.215	2,1
Outros	1.252.029	3,8	1.088.399	3,9
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	8.595.217	26,3	4.640.758	16,7
Federais	7.919.638	24,3	4.324.376	15,5
Estaduais	1.119	-	401	-
Municipais	674.460	2,1	315.981	1,1
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	49.500	0,2	51.035	0,2
Aluguéis	49.500	0,2	51.035	0,2
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	12.238.630	37,5	12.012.294	43,2
Juros sobre o Capital Próprio	7.969.846	24,4	6.844.039	24,6
Lucros Retidos	4.110.218	12,6	5.024.878	18,1
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	158.566	0,5	143.377	0,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Consolidadas, distribuídas da seguinte forma:

	Página
1) INFORMAÇÕES GERAIS	68
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	68
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	72
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS	73
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	73
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	74
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	75
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	86
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	88
10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	90
11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	91
12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	92
13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	103
14) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	103
15) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	104
16) IMOBILIZADO DE USO	106
17) INTANGÍVEL	108
18) OUTROS ATIVOS	109
19) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	110
20) RECURSOS DE CLIENTES	113
21) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	113
22) DÍVIDAS SUBORDINADAS	114
23) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	115
24) PROVISÕES	116
25) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	118
26) OUTROS PASSIVOS	122
27) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	122
28) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	125
29) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	125
30) DESPESAS DE PESSOAL	125
31) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	126
32) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	126
33) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	126
34) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	127
35) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	127
36) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	127
37) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO	131
38) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	135
39) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	137
40) OUTRAS INFORMAÇÕES	158

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco, suas empresas controladas, agências no exterior e os fundos de investimento que a entidade possua controle, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 15) e intangível (Nota 17a).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, adicionalmente às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme faculdade prevista no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21, as quais estão sendo divulgadas nesta mesma data.

Estas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas selecionadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras. As demonstrações financeiras da sociedade de arrendamento mercantil, incluídas nesta consolidação, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e financeira da Organização, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício

social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; cálculo de provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2026.

a) Base de Consolidação

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante	
			Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ramo Financeiro – País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (1)	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	100,00%	61,56%	100,00%	61,56%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (2)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (2)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (2)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (2)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (2)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (2)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (3)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (4)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo de Seguros, Previdência e de Capitalização - País						
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante	
			Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradsaúde S.A. (5)	São Paulo - Brasil	Saúde/Dental	91,35%	53,54%	91,35%	53,54%
Ramo de Seguros - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (2)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (6)						
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI União	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	94,49%	92,86%	94,49%	92,86%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI Referenciado DI Galáxia	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Multigestores CRPR Prev PGBL/VGBL FIC FIM	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Em fevereiro de 2026 houve aumento de capital por emissão de ações. Em abril de 2026, houve aquisição da totalidade das ações dessa companhia;

(2) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(3) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(4) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(5) Atual denominação da Odontoprev após reestruturação societária dos negócios de saúde, em abril de 2026 (Nota 40 g); e

(6) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

As demonstrações financeiras consolidadas seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2026

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que instituiu novas regras para a dedutibilidade, nas bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das perdas com créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Posteriormente, em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.078, a qual estabeleceu que as perdas relativas a créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, deverão observar novo critério de dedução. Referida lei também vedou a dedução, no exercício de 2025, das perdas incorridas que excedam o lucro real apurado no respectivo período.

Tanto as perdas existentes em estoque em 31 de dezembro de 2024, quanto aquelas apuradas no exercício de 2025 e não deduzidas em razão da limitação mencionada, somente poderão ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL de forma parcelada, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) por mês-calendário, conforme aplicável, a partir de janeiro de 2026.

Com fundamento na Lei nº 14.467/22 e com as alterações promovidas pela Lei nº 15.078/2024, bem como na Instrução Normativa RFB nº 2.201/24, o Bradesco optou pela aplicação do critério de dedução à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, nos termos do §1º do art. 6º da Lei nº 14.467, a partir do mês de janeiro de 2026.

Em 2024, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.185 e BCB nº 435, que dispõem sobre a obrigatoriedade das instituições elaborarem o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, a partir do exercício social de 2026, com base em pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. No primeiro ano de elaboração o Relatório deve ser divulgado em até cento e oitenta dias da data-base e nos anos subsequentes deve ser divulgado como parte integrante das demonstrações financeiras.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de *Hedge*, para 1º de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.146 e BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Em setembro de 2025, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.252 e BCB nº 513, que estabelecem os conceitos e critérios contábeis para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. As normas entram em vigor em 1º de janeiro de 2027.

Em fevereiro de 2026, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.281 e BCB nº 550, que estabelecem os critérios a serem observados no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de ativos virtuais. As normas entram em vigor a partir de janeiro de 2027.

O Banco vem analisando a aplicação das referidas normas, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

As estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	12.383.318	12.518.263
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.989.201	2.833.485
Total de disponibilidades (caixa)	15.372.519	15.351.748
Aplicações voluntárias no Banco Central	11.699.999	10.300.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	197.234.281	167.865.086
Total de caixa e equivalentes de caixa	224.306.799	193.516.834

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Títulos	R\$ mil									
	Em 30 de junho de 2026								Em 31 de dezembro de 2025	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	40.282.362	19.150.000	4.292.563	75.728.696	40.161.789	179.615.410	181.064.212	(1.448.802)	172.917.906	(357.386)
Letras do tesouro nacional	39.680.952	2.505.884	13.926	5.758.645	-	47.959.407	47.989.036	(29.629)	51.536.310	(31.474)
Notas do tesouro nacional	3.451	15.723.421	2.161.975	35.276.475	-	53.165.322	54.211.120	(1.045.798)	50.049.626	(176.361)
Ações	-	-	-	-	24.805.328	24.805.328	24.565.863	239.465	20.708.657	(143.621)
Letras financeiras do tesouro	443	129.040	943.865	18.398.858	-	19.472.206	19.469.585	2.621	26.278.755	1.626
Outros	597.516	791.655	1.172.797	16.294.718	15.356.461	34.213.147	34.828.608	(615.461)	24.344.558	(7.556)
- Grupo Segurador	1.365.035	25.415.428	18.035.088	304.656.006	13.944.854	363.416.411	363.992.780	(576.369)	354.015.440	395.718
• Seguradoras e Capitalização	486.191	33.671	96.497	18.206.293	2.595.498	21.418.150	21.441.611	(23.461)	27.181.344	(17.585)
- Letras financeiras do tesouro	424	-	63.764	18.049.792	-	18.113.980	18.114.241	(261)	24.316.693	2.247
- Outros	485.767	33.671	32.733	156.501	2.595.498	3.304.170	3.327.370	(23.200)	2.864.651	(19.832)
• Previdência	878.844	25.381.757	17.938.591	286.449.713	11.349.356	341.998.261	342.551.169	(552.908)	326.834.096	413.303
- Letras financeiras do tesouro	19.300	2.978.305	11.159.358	207.642.246	-	221.799.209	221.386.911	412.298	210.928.549	411.862
- Letras financeiras	315.466	19.882.938	5.857.711	15.421.611	-	41.477.726	41.332.128	145.598	42.421.587	209.936
- Notas do tesouro nacional	-	1.721.253	506.005	18.328.875	-	20.556.133	21.332.747	(776.614)	21.769.737	(289.440)
- Debêntures	47.066	599.152	233.028	30.488.588	-	31.367.834	31.531.696	(163.862)	30.223.055	(20.354)
- Letras do tesouro nacional	80.683	7.194	71.771	14.016.488	-	14.176.136	14.348.519	(172.383)	10.045.814	96.264
- Outros	416.329	192.915	110.718	551.905	11.349.356	12.621.223	12.619.168	2.055	11.445.354	5.035
- Outras atividades	3.132	-	-	-	-	3.132	3.131	1	4.050	(2)
Outros	3.132	-	-	-	-	3.132	3.131	1	4.050	(2)
Total geral	41.650.529	44.565.428	22.327.651	380.384.702	54.106.643	543.034.953	545.060.123	(2.025.170)	526.937.396	38.330

b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	33.659.437	18.562.103
Total	33.659.437	18.562.103

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo, derivativos de crédito e contratos de câmbio com liquidação pronta e futura, contabilizados e divulgados como derivativos, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado com base em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou outras técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos futuros e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações da carteira de câmbio devem ter o tratamento contábil como derivativos. Nesse sentido, os valores registrados como direitos e obrigações da carteira de câmbio (valor nocional) são registrados em contas de compensação e a variação do valor justo em contas de resultado.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levada em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps*, opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macroestratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	223.639.426	275.551	232.864.244	(450.905)
- Mercado interfinanceiro	131.671.908	175.207	150.634.305	17.542
- Moeda estrangeira	63.691.096	81.028	54.344.313	(471.042)
- Outros	28.276.422	19.316	27.885.626	2.595
Compromissos de venda:	290.952.262	(312.526)	165.612.193	523.762
- Mercado interfinanceiro (1)	211.284.702	(244.370)	111.724.128	(21.535)
- Moeda estrangeira (2)	36.690.555	(6.386)	30.741.161	530.151
- Outros	42.977.005	(61.770)	23.146.904	15.146
Contratos de opções				
Posição comprada:	906.667.527	2.074.250	783.864.910	1.828.145
- Mercado interfinanceiro	828.474.305	104.221	718.584.779	106.261
- Moeda estrangeira	15.083.501	965.301	9.616.237	1.121.228
- Outros	63.109.721	1.004.728	55.663.894	600.656
Posição vendida:	876.225.025	(2.970.598)	790.685.040	(2.645.067)
- Mercado interfinanceiro	811.095.914	(114.647)	721.019.609	(113.341)
- Moeda estrangeira	13.933.013	(959.337)	15.908.308	(947.331)
- Outros	51.196.098	(1.896.614)	53.757.123	(1.584.395)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	92.447.769	363.815	76.859.205	(200.542)
- Moeda estrangeira	71.098.287	(1.345.111)	64.714.131	(1.459.502)
- Outros	21.349.482	1.708.926	12.145.074	1.258.960
Compromissos de venda:	69.078.734	(678.374)	53.889.171	456.033
- Moeda estrangeira (2)	50.430.655	207.000	45.530.533	520.221
- Outros	18.648.079	(885.374)	8.358.638	(64.188)
Contratos de Câmbio				
Compromissos de compra:	33.003.978	(17.076)	24.877.800	(57.213)
- Moeda estrangeira	33.003.978	(17.076)	24.877.800	(57.213)
Compromissos de venda:	16.400.162	(69.537)	6.878.489	(110.916)
- Moeda estrangeira	16.400.162	(69.537)	6.878.489	(110.916)
Contratos de swap				
Posição ativa:	157.658.267	10.886.495	928.071.044	9.550.875
- Mercado interfinanceiro	83.186.156	6.582.979	75.975.089	4.695.032
- Prefixados	10.108.961	522.671	315.081.578	454.827
- Moeda estrangeira	43.207.412	1.399.541	521.032.423	2.485.099
- IGP-M	30.412	32.153	31.221	29.994
- Outros	21.125.326	2.349.151	15.950.733	1.885.923
Posição passiva:	82.656.903	(6.594.646)	873.497.122	(6.480.535)
- Mercado interfinanceiro	43.918.379	(1.892.814)	32.343.513	(1.378.695)
- Prefixados	9.816.645	(718.986)	470.848.308	(725.508)
- Moeda estrangeira	8.595.020	(2.232.555)	355.159.513	(2.649.262)
- IGP-M	103.000	(127.310)	103.000	(116.300)
- Outros	20.223.859	(1.622.981)	15.042.788	(1.610.770)

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 127.660.676 mil (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 100.113.669 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 16.017.960 mil (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 10.625.523 mil) (Nota 7f II); e

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 39.937.903 mil (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 39.781.569 mil).

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor justo e prazos

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor justo
Ajuste a receber – <i>swap</i>	362.122	1.106.438	886.784	8.531.151	10.886.495	9.550.875
Ajuste a receber - futuro	59.882	3.996	15.184	217.622	296.684	704.787
Compras a termo a receber	1.205.170	153.073	5.565.505	3.328.722	10.252.470	4.456.699
Vendas a termo a receber (1)	1.048.179	254.493	5.102.468	6.615.529	13.020.669	4.309.590
Compras de moedas estrangeira a receber	78.987	6.094	-	-	85.081	122.989
Vendas de moedas estrangeira a receber	451	691	-	-	1.142	2.655
Prêmios de opções a exercer	1.530.665	115.786	138.214	289.585	2.074.250	1.828.145
Total do ativo (A)	4.285.456	1.640.571	11.708.155	18.982.609	36.616.791	20.975.740
Ajuste a pagar - <i>swap</i>	(275.602)	(329.655)	(443.627)	(5.545.762)	(6.594.646)	(6.480.535)
Ajuste a pagar - futuro	(75.490)	(135)	(12.108)	(245.926)	(333.659)	(631.930)
Compras a termo a pagar	(1.124.519)	(721.654)	(5.750.566)	(2.291.916)	(9.888.655)	(4.657.241)
Vendas a termo a pagar	(1.191.962)	(163.952)	(5.100.043)	(7.243.086)	(13.699.043)	(3.853.557)
Compras de moedas estrangeira a pagar	(2.315)	(12.648)	(52.453)	(34.741)	(102.157)	(180.202)
Vendas de moedas estrangeira a pagar	(70.679)	-	-	-	(70.679)	(113.571)
Prêmios de opções lançadas	(1.362.054)	(151.449)	(170.255)	(1.286.840)	(2.970.598)	(2.645.067)
Total do passivo (B)	(4.102.621)	(1.379.493)	(11.529.052)	(16.648.271)	(33.659.437)	(18.562.103)
Efeito Líquido (A-B)	182.835	261.078	179.103	2.334.338	2.957.354	2.413.637

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo, de câmbio e de swap – (Valor de Referência)

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Contratos futuros (1)	169.810.176	26.655.354	97.239.574	220.886.584	514.591.688	398.476.437
Contratos de opções	809.713.777	657.946.553	304.461.933	10.770.289	1.782.892.552	1.574.549.950
Contratos a termo (1)	80.874.736	21.953.654	29.094.292	29.603.821	161.526.503	130.748.376
Contratos de câmbio	39.276.602	4.570.500	4.978.581	578.457	49.404.140	31.756.289
Contratos de swap	9.855.347	16.951.609	18.981.630	194.526.584	240.315.170	1.801.568.166
Total em 30 de junho de 2026	1.109.530.638	728.077.670	454.756.010	456.365.735	2.748.730.053	
Total em 31 de dezembro de 2025						3.937.099.218

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Títulos públicos		
Notas do tesouro nacional	7.542.668	6.392.456
Letras do tesouro nacional	6.116.314	7.516.255
Total	13.658.982	13.908.711

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Contratos futuros (1)	1.384.924	3.816.165
Contratos de opções	(861.705)	(198.341)
Contratos a termo (1)	(664.622)	(2.546.555)
Contratos de câmbio	(263.088)	1.506.124
Contratos de swap	2.038.993	(1.361.574)
Variação cambial de ativos e passivos no exterior	616.968	(823.888)
Total (Nota 7f III)	2.251.470	391.931

(1) Inclui o resultado e o respectivo ajuste ao valor justo do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
B3 (bolsa)	2.228.641.825	1.911.030.109
B3 (balcão)	390.050.207	321.618.678
- Instituições financeiras	87.481.802	54.045.774
- Empresas	300.490.464	265.717.785
- Pessoas físicas	2.077.941	1.855.119
Exterior (bolsa) (1)	52.944.597	48.081.288
Exterior (balcão) (1)	77.093.424	1.656.369.143
Total	2.748.730.053	3.937.099.218

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.902.023	1.840.305
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.243.689	1.195.369
- Títulos públicos brasileiros	658.334	644.936
Risco transferido de Swaps de créditos:	(129.415)	(137.560)
- Derivativos de títulos de empresas	(129.415)	(137.560)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2033. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) Hedge contábil

A contabilidade de *hedge* é uma prática que utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as assimetrias contábeis existentes em uma relação de proteção, entre um instrumento de *hedge* e um item protegido. Em outras palavras, essa metodologia busca compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições a fatores específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

A efetividade do *hedge* pode ser afetada principalmente quando, durante o período da relação de proteção, alterações no cenário de risco de mercado ou no risco de crédito da contraparte ocorrerem.

Em 30 de junho de 2026, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos e é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*.

Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos de DI Futuro na B3, *Swaps* e FED funds, sendo os prazos de vencimentos até 2032 tornando o fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor nominal)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)
Em 30 de junho de 2026				
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	16.057.838	16.017.960	15.798.803	(219.157)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	134.693.872	127.660.676	128.331.781	671.106
Em 31 de dezembro de 2025				
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	11.034.575	10.665.135	10.625.523	(39.611)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	102.370.447	100.352.489	100.113.669	(238.820)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no período findo em 30 de junho de 2026 no valor de R\$ 2.764 mil (2025 - R\$ 0 mil).

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações do instrumento, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos sendo reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários.

Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2036. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil				
	Objeto		Instrumento		
	Objeto de hedge (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no resultado* (parcela efetiva)	Instrumento de hedge (valor nominal)	Instrumento de hedge (valor de mercado)	Ajuste a valor justo
Passivo					
Hedge letra financeira	128.485	4.977	134.068	129.182	(4.886)
Total em 30 de junho de 2026	128.485	4.977	134.068	129.182	(4.886)
Passivo					
Hedge de letra financeira	79.857	1.489	81.342	79.938	(1.405)
Total em 31 de dezembro de 2025	79.857	1.489	81.342	79.938	(1.405)

(*) Bruto dos efeitos fiscais.

No período findo em 30 de junho de 2026, o valor da parcela não efetiva foi de R\$ 13 mil. Em 30 de junho de 2025 não tínhamos *hedge* de valor justo.

Hedge de investimentos no exterior – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação de variação cambial do objeto e instrumento de *hedge*, sendo reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

Referente ao risco de moeda, cuja moeda funcional é diferente do real, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Estratégia	R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor nominal)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.377.260	6.722.990	5.797.712	(925.278)
Total em 30 de junho de 2026	5.377.260	6.722.990	5.797.712	(925.278)

Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.177.416	7.084.010	5.876.575	(1.207.436)
Total em 31 de dezembro de 2025	5.177.416	7.084.010	5.876.575	(1.207.436)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no período findo em 30 de junho de 2026 foram de R\$ 156 mil (2025 - R\$ 3.673 mil).

Para as estratégias de Investimento no Exterior, a efetividade prospectiva é avaliada por meio da demonstração da existência de relação econômica entre o objeto e o instrumento de *hedge*, incluindo testes baseados em cenários de estresse. A efetividade retrospectiva é avaliada através da comparação entre a variação cambial do investimento e a variação cambial do derivativo, já considerando os efeitos fiscais. O índice de *hedge* (*hedge ratio*) é obtido pela divisão da variação cambial do objeto de *hedge* pela variação cambial do instrumento de *hedge*. A compensação econômica ocorre porque ambos reagem ao mesmo fator de risco (câmbio), sendo a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido (Outros Resultados Abrangentes - ORA) e a parcela inefetiva reconhecida imediatamente no resultado. Ambas as estratégias buscam atingir um nível eficiente de compensação econômica, refletindo a estratégia de gestão de risco adotada pela Administração.

III) Resultado com títulos e valores mobiliários, resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização e instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários	25.326.952	22.731.530
Ganho/(perda) ao valor justo por meio do resultado	(914.154)	607.178
Ganho/(perda) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	30.606	102.766
Ganho/(perda) ao custo amortizado	(18.890)	(136.469)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10b)	22.476.236	15.390.061
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	46.900.750	38.695.066
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização (1)	3.577.313	3.914.386
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7e)	2.251.470	391.931
Total	52.729.533	43.001.383

(1) No acumulado em 30 de junho de 2026, compreende receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ 28.747.882 mil (2025 - R\$ 25.792.230 mil) e despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ (25.170.569) mil (2025 - R\$ (21.877.844) mil).

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**a) Títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes**

Títulos	R\$ mil									
	Em 30 de junho de 2026								Em 31 de dezembro de 2025	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	1.300.202	3.806.309	2.356.087	66.236.332	129.725	73.828.655	74.936.139	(1.107.484)	75.633.721	(300.349)
Letras do tesouro nacional	817.626	864.290	862.930	23.265.789	-	25.810.635	26.155.742	(345.107)	23.468.765	(118.413)
Letras financeiras do tesouro	-	623.034	1.474.248	10.745.672	-	12.842.954	12.828.360	14.594	17.584.551	13.876
Títulos de governos estrangeiros	297.721	2.308.365	4.119	637.390	-	3.247.595	3.254.695	(7.100)	8.177.931	10.865
Notas do tesouro nacional	-	-	-	16.220.319	-	16.220.319	16.967.029	(746.710)	11.567.339	(240.196)
Debêntures	-	-	-	6.373.962	-	6.373.962	6.461.365	(87.403)	7.204.821	(39.415)
Outros	184.855	10.620	14.790	8.993.200	129.725	9.333.190	9.268.948	64.242	7.630.314	72.934
- Grupo Segurador	31.140	2.389.566	4.590.620	27.642.529	4.230.794	38.884.649	44.288.480	(5.403.831)	34.318.425	(4.780.930)
• Seguradoras e Capitalização	31.140	2.389.566	3.476.463	8.714.882	2.751.895	17.363.946	20.338.663	(2.974.717)	13.951.865	(2.797.450)
- Notas do tesouro nacional	-	2.389.566	3.476.463	7.824.708	-	13.690.737	15.576.627	(1.885.890)	10.180.253	(1.786.205)
- Ações	-	-	-	-	2.749.519	2.749.519	3.828.675	(1.079.156)	3.264.232	(1.006.704)
- Outros	31.140	-	-	890.174	2.376	923.690	933.361	(9.671)	507.380	(4.541)
• Previdência	-	-	1.114.157	18.927.647	1.478.899	21.520.703	23.949.817	(2.429.114)	20.366.560	(1.983.480)
- Notas do tesouro nacional	-	-	1.034.625	18.449.861	-	19.484.486	21.922.501	(2.438.015)	17.463.770	(2.101.649)
- Ações	-	-	-	-	1.478.899	1.478.899	1.435.569	43.330	2.454.642	141.503
- Outros	-	-	79.532	477.786	-	557.318	591.747	(34.429)	448.148	(23.334)
- Outras atividades	-	-	-	-	436	436	158	278	417	259
Outros	-	-	-	-	436	436	158	278	417	259
Total geral	1.331.342	6.195.875	6.946.707	93.878.861	4.360.955	112.713.740	119.224.777	(6.511.037)	109.952.563	(5.081.020)

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa. Os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado decorrente da baixa destes ativos totalizaram no período R\$ 30.606 mil (2025 - R\$ 102.766 mil).

b) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	5.264.908	(1.035.424)	4.229.484
Total em 30 de junho de 2026	5.264.908	(1.035.424)	4.229.484
Ações de companhias abertas e outras ações	6.584.739	(864.846)	5.719.893
Total em 31 de dezembro de 2025	6.584.739	(864.846)	5.719.893

Em virtude da alienação de instrumentos patrimoniais designados ao VJORA no reconhecimento inicial, no período foi transferido dentro do patrimônio líquido o montante de R\$ 242.391 mil (2025 - R\$ (499.738) mil), cujo valor justo na data da alienação era de R\$ 3.105.586 mil (2025 - R\$ 2.122.050 mil).

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2025	22.679	-	-	22.679
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(11.946)	-	-	(11.946)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2026	10.733	-	-	10.733

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	13.022	1.565	-	14.587
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	15.130	(1.565)	-	13.565
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2025	28.152	-	-	28.152

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

Títulos	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado (1)	Valor de custo atualizado (1)
- Financeiras	6.458.835	16.493.670	35.705.599	194.741.332	253.399.436	237.440.530
Debêntures	25.510	414.483	1.832.901	53.273.829	55.546.723	45.461.966
Notas do tesouro nacional	-	7.686.916	20.358.991	34.948.858	62.994.765	61.049.035
Letras do tesouro nacional	4.145.371	641.701	-	33.446.004	38.233.076	49.236.191
Cédula do Produto Rural	1.095.362	4.040.197	3.288.163	30.998.814	39.422.536	36.570.552
Notas promissórias	1.026.841	2.755.917	3.498.310	21.762.848	29.043.916	24.803.822
Títulos da dívida externa brasileira	-	106.874	-	12.885.064	12.991.938	8.596.248
Outros	165.751	847.582	6.727.234	7.425.915	15.166.482	11.722.716
- Grupo Segurador	-	1.502.478	366.093	52.737.757	54.606.328	53.022.028
• Seguradoras e Capitalização	-	135.648	366.093	12.682.904	13.184.645	12.799.968
- Notas do tesouro nacional	-	135.648	366.093	12.682.904	13.184.645	12.799.968
• Previdência	-	1.366.830	-	40.054.853	41.421.683	40.222.060
- Notas do tesouro nacional	-	1.366.830	-	40.054.853	41.421.683	40.222.060
Total geral	6.458.835	17.996.148	36.071.692	247.479.089	308.005.764	290.462.558

(1) Líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

I) Reconciliação de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	639.544	258.256	2.701.022	3.598.822
Transferidos para o Estágio 1	-	(26.347)	(1.055)	(27.402)
Transferidos para o Estágio 2	(24.823)	-	(10.608)	(35.431)
Transferidos para o Estágio 3	(30.917)	(94.321)	-	(125.238)
Oriundos do Estágio 1	-	24.823	30.917	55.740
Oriundos do Estágio 2	26.347	-	94.321	120.668
Oriundos do Estágio 3	1.055	10.608	-	11.663
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	(73.816)	155.476	1.094.341	1.176.001
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2026	537.390	328.495	3.908.938	4.774.823

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perdas esperadas de ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	711.909	50.705	5.408.826	6.171.440
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.087)	(5.835)	(7.922)
Transferidos para o Estágio 2	(7.964)	-	(13.045)	(21.009)
Transferidos para o Estágio 3	(3.945)	(8.736)	-	(12.681)
Oriundos do Estágio 1	-	7.964	3.945	11.909
Oriundos do Estágio 2	2.087	-	8.736	10.823
Oriundos do Estágio 3	5.835	13.045	-	18.880
Ativos originados/reavaliados, liquidados ou pagos	22.504	52.492	(231.228)	(156.232)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2025	730.426	113.383	5.171.399	6.015.208

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perdas esperadas de ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Aplicações em Operações Compromissadas:						
Posição bancada	58.105.413	2.233.863	159.170	24.265	60.522.711	58.749.019
• Notas do tesouro nacional	16.748.275	1.097.696	-	-	17.845.971	7.175.313
• Letras do tesouro nacional	17.521.182	109.414	-	-	17.630.596	28.845.351
• Letras financeiras do tesouro	20.240.854	688.971	-	-	20.929.825	18.697.809
• Outros	3.595.102	337.782	159.170	24.265	4.116.319	4.030.546
Posição financiada	100.826.248	21.680.606	32.547	-	122.539.401	116.609.034
• Notas do tesouro nacional	54.621.535	3.789.030	-	-	58.410.565	48.400.219
• Letras do tesouro nacional	20.950.164	2.511.298	-	-	23.461.462	34.430.472
• Letras financeiras do tesouro	25.147.656	15.067.705	-	-	40.215.361	33.544.362
• Outros	106.893	312.573	32.547	-	452.013	233.981
Posição vendida	12.106.382	14.655.282	13.449	-	26.775.113	42.971.769
• Letras financeiras do tesouro	12.106.382	14.655.282	13.449	-	26.775.113	42.971.769
Subtotal	171.038.043	38.569.751	205.166	24.265	209.837.225	218.329.822
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	35.204.163	2.916.634	4.067.185	2.785.305	44.973.287	16.450.822
Subtotal	35.204.163	2.916.634	4.067.185	2.785.305	44.973.287	16.450.822
Aplicações em moedas estrangeiras:						
• Aviso Prévio	80.471	-	-	-	80.471	46.590
• Prazo Fixo	322.555	-	-	-	322.555	657.820
Subtotal	403.026	-	-	-	403.026	704.410
Em 30 de junho de 2026	206.645.232	41.486.385	4.272.351	2.809.570	255.213.538	
%	80,9	16,3	1,7	1,1	100,0	
Em 31 de dezembro de 2025	186.589.621	40.311.107	6.410.950	2.173.376		235.485.054
%	79,3	17,1	2,7	0,9		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
• Posição bancada	3.216.338	4.253.582
• Posição financiada	13.853.434	8.455.422
• Posição vendida	2.646.304	666.476
Subtotal	19.716.076	13.375.480
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	2.760.160	2.014.581
Total (Nota 7f III)	22.476.236	15.390.061

11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Créditos vinculados e outros depósitos**

	R\$ mil		
	Remuneração	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	Não remunerado	4.328.611	9.484.964
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	18.001.869	18.374.413
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa Selic	87.313.990	83.520.072
Aplicações voluntárias no Banco Central	Taxa Selic	11.699.999	10.300.000
Total		121.344.469	121.679.449

(1) Inclui o efeito da dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, conforme Resolução BCB nº 551/26 (Nota 40).

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	6.313.882	5.459.037
Créditos vinculados ao SFH (1)	60.552	12.606
Total	6.374.434	5.471.643

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) Operações de crédito por tipo de produto**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	366.037.569	350.644.851
- Financiamentos e repasses	143.428.945	137.576.819
- Financiamento à exportação	35.829.615	34.763.790
- Financiamento imobiliário	36.382.081	34.911.156
- Repasses BNDES/Finame	27.801.790	24.475.073
- Financiamento de veículos	22.727.412	23.074.448
- Importação	12.746.720	12.986.200
- Leasing	7.941.327	7.366.152
- Empréstimos	203.487.104	196.080.018
- Capital de giro	151.683.732	143.640.424
- Crédito rural (b)	17.974.137	13.324.492
- Outros	33.829.235	39.115.102
- Operações com limites (1)	19.121.520	16.988.014
Pessoa Física	454.725.343	441.022.363
- Financiamentos e repasses	169.633.833	161.548.810
- Financiamento imobiliário	115.563.266	112.626.278
- Financiamento de veículos	47.013.600	41.797.766
- Repasses BNDES/Finame	6.536.415	6.616.649
- Outros	520.552	508.117
- Empréstimos	193.695.978	189.710.201
- Crédito pessoal	168.437.771	166.083.249
- Crédito rural (b)	18.192.399	17.680.946
- Outros	7.065.808	5.946.006
- Operações com limites (1)	91.395.532	89.763.352
Total da carteira	820.762.912	791.667.214
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(48.129.617)	(48.347.141)
Total de operações de crédito, líquido (2)	772.633.295	743.320.073

(1) Refere-se a operações com limites preestabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos; e

(2) Composto por Operações de crédito - R\$ 659.083.141 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 627.852.869 mil), Operações de arrendamento mercantil - R\$ 8.085.531 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 7.520.084 mil) e Outros ativos financeiros - R\$ 105.464.623 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 107.947.119 mil), líquidos de provisões para perdas esperadas.

b) Crédito Rural (Direcionamento de Recursos)

Para o Plano Safra 2025/2026, projeta-se o direcionamento de crédito rural de R\$ 54.453.882 mil (R\$ 43.271.452 mil em 31 de dezembro de 2025), correspondendo a soma da exigibilidade sobre o VSR - Valor Sujeito ao Recolhimento (31,5%) e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (60%). A título de cumprimento destas obrigações o Bradesco se utiliza dos seguintes instrumentos: Crédito Rural; DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais; CPR - Cédula de Produtor Rural e CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.

Os custos diretos e indiretos para atender a essa exigibilidade são os custos normais atrelados as operações de crédito. Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

c) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldo em 30 de junho de 2026 (1)
Pessoa Jurídica	315.712.014	(7.618.679)	(3.365.958)	705.137	134.099	22.571.549	328.138.162
- Financiamentos	129.715.484	(1.569.005)	(534.936)	192.368	46.930	7.309.604	135.160.445
- Empréstimos	171.690.221	(5.628.021)	(2.666.024)	456.837	76.900	13.152.557	177.082.470
- Rotativos	14.306.309	(421.653)	(164.998)	55.932	10.269	2.109.388	15.895.247
Pessoa Física	381.758.647	(10.090.645)	(4.531.635)	2.858.018	694.153	19.965.720	390.654.258
- Financiamentos	146.242.851	(4.309.863)	(1.316.698)	1.089.949	166.288	10.206.949	152.079.476
- Empréstimos	162.121.415	(3.917.559)	(3.003.010)	1.192.955	268.888	8.341.724	165.004.413
- Rotativos	73.394.381	(1.863.223)	(211.927)	575.114	258.977	1.417.047	73.570.369
Total	697.470.661	(17.709.324)	(7.897.593)	3.563.155	828.252	42.537.269	718.792.420

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R\$ 1.133.339 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	11.609.481	(705.137)	(3.396.460)	7.618.679	558.959	(294.387)	15.391.135
- Financiamentos	2.488.318	(192.368)	(408.545)	1.569.005	9.269	(330.905)	3.134.774
- Empréstimos	8.155.902	(456.837)	(2.718.330)	5.628.021	535.041	(149.277)	10.994.520
- Rotativos	965.261	(55.932)	(269.585)	421.653	14.649	185.795	1.261.841
Pessoa Física	25.431.262	(2.858.018)	(5.250.078)	10.090.645	1.145.293	(92.606)	28.466.498
- Financiamentos	9.431.592	(1.089.949)	(1.248.234)	4.309.863	126.787	(563.726)	10.966.333
- Empréstimos	10.868.536	(1.192.955)	(2.619.544)	3.917.559	867.141	(222.897)	11.617.840
- Rotativos	5.131.134	(575.114)	(1.382.300)	1.863.223	151.365	694.017	5.882.325
Total	37.040.743	(3.563.155)	(8.646.538)	17.709.324	1.704.252	(386.993)	43.857.633

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / Liquidados (3)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2026 (1) (2)
Pessoa Jurídica	23.323.356	(134.099)	(558.959)	3.365.958	3.396.460	(1.394.108)	(5.490.336)	22.508.272
- Financiamentos	5.373.017	(46.930)	(9.269)	534.936	408.545	(893.389)	(233.184)	5.133.726
- Empréstimos	16.233.895	(76.900)	(535.041)	2.666.024	2.718.330	(1.004.016)	(4.592.178)	15.410.114
- Rotativos	1.716.444	(10.269)	(14.649)	164.998	269.585	503.297	(664.974)	1.964.432
Pessoa Física	33.832.454	(694.153)	(1.145.293)	4.531.635	5.250.078	7.304.777	(13.474.911)	35.604.587
- Financiamentos	5.874.367	(166.288)	(126.787)	1.316.698	1.248.234	(933.378)	(624.822)	6.588.024
- Empréstimos	16.720.250	(268.888)	(867.141)	3.003.010	2.619.544	4.433.333	(8.566.383)	17.073.725
- Rotativos	11.237.837	(258.977)	(151.365)	211.927	1.382.300	3.804.822	(4.283.706)	11.942.838
Total	57.155.810	(828.252)	(1.704.252)	7.897.593	8.646.538	5.910.669	(18.965.247)	58.112.859

(1) Do total de operações de crédito alocados para o terceiro estágio, R\$ 19.749.553 mil são decorrentes de operações reestruturadas;

(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3 da mesma contraparte, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

(3) Saldos originados referem-se principalmente a operações reestruturadas.

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Originados / Liquidados	(Write off) (1)	Saldo em 30 de junho de 2026 (1)
Pessoa Jurídica	350.644.851	20.883.054	(5.490.336)	366.037.569
- Financiamentos	137.576.819	6.085.310	(233.184)	143.428.945
- Empréstimos	196.080.018	11.999.264	(4.592.178)	203.487.104
- Rotativos	16.988.014	2.798.480	(664.974)	19.121.520
Pessoa Física	441.022.363	27.177.891	(13.474.911)	454.725.343
- Financiamentos	161.548.810	8.709.845	(624.822)	169.633.833
- Empréstimos	189.710.201	12.552.160	(8.566.383)	193.695.978
- Rotativos	89.763.352	5.915.886	(4.283.706)	91.395.532
Total	791.667.214	48.060.945	(18.965.247)	820.762.912

(1) Do total das operações, R\$ 718.792.420 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso, 61% das operações possuem garantia.

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldo em 30 de junho de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	282.633.333	(4.012.631)	(1.853.084)	803.396	141.835	5.399.989	283.112.838
- Financiamentos	125.114.755	(1.257.848)	(314.131)	194.567	63.683	813.035	124.614.061
- Empréstimos	145.133.328	(2.460.994)	(1.424.489)	538.668	73.220	2.369.980	144.229.713
- Rotativos	12.385.250	(293.789)	(114.464)	70.161	4.932	2.216.974	14.269.064
Pessoa Física	347.118.718	(7.666.251)	(3.459.026)	2.709.251	1.077.576	23.771.213	363.551.481
- Financiamentos	132.000.317	(3.261.698)	(1.058.750)	1.042.958	198.394	11.925.134	140.846.355
- Empréstimos	149.534.315	(2.877.000)	(2.218.455)	1.176.466	435.725	9.592.860	155.643.911
- Rotativos	65.584.086	(1.527.553)	(181.821)	489.827	443.457	2.253.219	67.061.215
Total	629.752.051	(11.678.882)	(5.312.110)	3.512.647	1.219.411	29.171.202	646.664.319

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R\$ 920.162 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	6.946.383	(803.396)	(1.799.119)	4.012.631	127.036	195.535	8.679.070
- Financiamentos	1.861.943	(194.567)	(263.662)	1.257.848	10.731	(384.380)	2.287.913
- Empréstimos	4.363.092	(538.668)	(1.355.709)	2.460.994	110.830	445.681	5.486.220
- Rotativos	721.348	(70.161)	(179.748)	293.789	5.475	134.234	904.937
Pessoa Física	21.911.700	(2.709.251)	(4.303.957)	7.666.251	1.696.056	316.942	24.577.741
- Financiamentos	8.443.456	(1.042.958)	(1.045.732)	3.261.698	141.959	(728.325)	9.030.098
- Empréstimos	9.169.428	(1.176.466)	(2.240.079)	2.877.000	1.424.827	599.194	10.653.904
- Rotativos	4.298.816	(489.827)	(1.018.146)	1.527.553	129.270	446.073	4.893.739
Total	28.858.083	(3.512.647)	(6.103.076)	11.678.882	1.823.092	512.477	33.256.811

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / Liquidados (3)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025 (1) (2)
Pessoa Jurídica	26.373.476	(141.835)	(127.036)	1.853.084	1.799.119	561.586	(5.180.885)	25.137.509
- Financiamentos	5.494.788	(63.683)	(10.731)	314.131	263.662	(552.939)	(272.684)	5.172.544
- Empréstimos	19.479.034	(73.220)	(110.830)	1.424.489	1.355.709	611.675	(4.254.799)	18.432.058
- Rotativos	1.399.654	(4.932)	(5.475)	114.464	179.748	502.850	(653.402)	1.532.907
Pessoa Física	34.274.975	(1.077.576)	(1.696.056)	3.459.026	4.303.957	5.883.245	(11.890.793)	33.256.778
- Financiamentos	4.432.803	(198.394)	(141.959)	1.058.750	1.045.732	(540.785)	(382.368)	5.273.779
- Empréstimos	18.622.180	(435.725)	(1.424.827)	2.218.455	2.240.079	2.887.172	(7.006.017)	17.101.317
- Rotativos	11.219.992	(443.457)	(129.270)	181.821	1.018.146	3.536.858	(4.502.408)	10.881.682
Total	60.648.451	(1.219.411)	(1.823.092)	5.312.110	6.103.076	6.444.831	(17.071.678)	58.394.287

(1) Do total de operações de crédito alocados para o terceiro estágio, R\$ 25.281.814 mil são decorrentes de operações reestruturadas;

(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3 da mesma contraparte, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

(3) Saldos originados referem-se principalmente a operações reestruturadas.

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados / Liquidados	(Write off) (1)	Saldo em 30 de junho 2025 (1)
Pessoa Jurídica	315.953.192	6.157.110	(5.180.885)	316.929.417
- Financiamentos	132.471.486	(124.284)	(272.684)	132.074.518
- Empréstimos	168.975.454	3.427.336	(4.254.799)	168.147.991
- Rotativos	14.506.252	2.854.058	(653.402)	16.706.908
Pessoa Física	403.305.393	29.971.400	(11.890.793)	421.386.000
- Financiamentos	144.876.576	10.656.024	(382.368)	155.150.232
- Empréstimos	177.325.923	13.079.226	(7.006.017)	183.399.132
- Rotativos	81.102.894	6.236.150	(4.502.408)	82.836.636
Total	719.258.585	36.128.510	(17.071.678)	738.315.417

(1) Do total das operações, R\$ 646.664.319 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso, 58% das operações possuem garantia.

d) Reconciliação de perdas esperadas de operação de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	3.014.137	(151.583)	(123.323)	47.489	72.139	(287.595)	2.571.264
- Financiamentos	744.812	(26.893)	(10.492)	12.604	17.410	(140.591)	596.850
- Empréstimos	1.917.021	(111.677)	(98.720)	32.837	51.252	(194.933)	1.595.780
- Rotativos	352.304	(13.013)	(14.111)	2.048	3.477	47.929	378.634
Pessoa Física	6.290.262	(318.753)	(303.365)	256.664	310.673	(358.781)	5.876.700
- Financiamentos	506.205	(50.242)	(33.096)	44.783	42.749	(67.530)	442.869
- Empréstimos	3.831.979	(209.353)	(258.531)	182.934	153.943	(151.358)	3.549.614
- Rotativos	1.952.078	(59.158)	(11.738)	28.947	113.981	(139.893)	1.884.217
Total	9.304.399	(470.336)	(426.688)	304.153	382.812	(646.376)	8.447.964

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	1.349.825	(47.489)	(471.877)	151.583	363.326	499.093	1.844.461
- Financiamentos	229.533	(12.604)	(54.580)	26.893	2.097	50.334	241.673
- Empréstimos	922.561	(32.837)	(312.018)	111.677	356.347	285.511	1.331.241
- Rotativos	197.731	(2.048)	(105.279)	13.013	4.882	163.248	271.547
Pessoa Física	3.842.292	(256.664)	(1.753.270)	318.753	646.314	1.375.502	4.172.927
- Financiamentos	510.253	(44.783)	(180.053)	50.242	32.081	152.905	520.645
- Empréstimos	2.483.313	(182.934)	(1.120.059)	209.353	547.588	690.274	2.627.535
- Rotativos	848.726	(28.947)	(453.158)	59.158	66.645	532.323	1.024.747
Total	5.192.117	(304.153)	(2.225.147)	470.336	1.009.640	1.874.595	6.017.388

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	12.088.629	(72.139)	(363.326)	123.323	471.877	4.087.556	(5.490.336)	10.845.584
- Financiamentos	1.914.855	(17.410)	(2.097)	10.492	54.580	(8.020)	(233.184)	1.719.216
- Empréstimos	9.020.147	(51.252)	(356.347)	98.720	312.018	3.362.121	(4.592.178)	7.793.229
- Rotativos	1.153.627	(3.477)	(4.882)	14.111	105.279	733.455	(664.974)	1.333.139
Pessoa Física	21.761.996	(310.673)	(646.314)	303.365	1.753.270	13.431.948	(13.474.911)	22.818.681
- Financiamentos	2.689.704	(42.749)	(32.081)	33.096	180.053	792.685	(624.822)	2.995.886
- Empréstimos	11.744.256	(153.943)	(547.588)	258.531	1.120.059	8.147.352	(8.566.383)	12.002.284
- Rotativos	7.328.036	(113.981)	(66.645)	11.738	453.158	4.491.911	(4.283.706)	7.820.511
Total	33.850.625	(382.812)	(1.009.640)	426.688	2.225.147	17.519.504	(18.965.247)	33.664.265

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2026
Pessoa Jurídica	16.452.591	4.299.054	(5.490.336)	15.261.309
- Financiamentos	2.889.200	(98.277)	(233.184)	2.557.739
- Empréstimos	11.859.729	3.452.699	(4.592.178)	10.720.250
- Rotativos	1.703.662	944.632	(664.974)	1.983.320
Pessoa Física	31.894.550	14.448.669	(13.474.911)	32.868.308
- Financiamentos	3.706.162	878.060	(624.822)	3.959.400
- Empréstimos	18.059.548	8.686.268	(8.566.383)	18.179.433
- Rotativos	10.128.840	4.884.341	(4.283.706)	10.729.475
Total	48.347.141	18.747.723	(18.965.247)	48.129.617

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	3.594.618	(135.222)	(100.934)	68.897	71.089	(98.419)	3.400.029
- Financiamentos	1.001.834	(30.370)	(7.135)	14.240	30.928	(61.514)	947.983
- Empréstimos	2.273.738	(95.034)	(84.341)	52.280	38.234	(103.030)	2.081.847
- Rotativos	319.046	(9.818)	(9.458)	2.377	1.927	66.125	370.199
Pessoa Física	6.157.999	(251.157)	(220.662)	285.548	471.951	(290.232)	6.153.447
- Financiamentos	437.710	(34.820)	(21.409)	41.802	47.798	(21.240)	449.841
- Empréstimos	3.845.053	(163.508)	(189.227)	218.977	230.615	(131.585)	3.810.325
- Rotativos	1.875.236	(52.829)	(10.026)	24.769	193.538	(137.407)	1.893.281
Total	9.752.617	(386.379)	(321.596)	354.445	543.040	(388.651)	9.553.476

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	988.363	(68.897)	(363.915)	135.222	75.863	305.782	1.072.418
- Financiamentos	238.312	(14.240)	(54.843)	30.370	5.274	84.083	288.956
- Empréstimos	619.065	(52.280)	(239.892)	95.034	68.244	112.336	602.507
- Rotativos	130.986	(2.377)	(69.180)	9.818	2.345	109.363	180.955
Pessoa Física	3.236.267	(285.548)	(1.428.723)	251.157	943.690	927.902	3.644.745
- Financiamentos	414.750	(41.802)	(133.400)	34.820	39.001	128.568	441.937
- Empréstimos	2.158.363	(218.977)	(954.727)	163.508	853.621	408.976	2.410.764
- Rotativos	663.154	(24.769)	(340.596)	52.829	51.068	390.358	792.044
Total	4.224.630	(354.445)	(1.792.638)	386.379	1.019.553	1.233.684	4.717.163

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / Reversão	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	15.090.689	(71.089)	(75.863)	100.934	363.915	4.146.169	(5.180.885)	14.373.870
- Financiamentos	2.180.059	(30.928)	(5.274)	7.135	54.843	212.667	(272.684)	2.145.818
- Empréstimos	12.049.650	(38.234)	(68.244)	84.341	239.892	3.255.682	(4.254.799)	11.268.288
- Rotativos	860.980	(1.927)	(2.345)	9.458	69.180	677.820	(653.402)	959.764
Pessoa Física	21.391.524	(471.951)	(943.690)	220.662	1.428.723	11.302.958	(11.890.793)	21.037.433
- Financiamentos	1.790.547	(47.798)	(39.001)	21.409	133.400	794.403	(382.368)	2.270.592
- Empréstimos	12.686.999	(230.615)	(853.621)	189.227	954.727	6.123.736	(7.006.017)	11.864.436
- Rotativos	6.913.978	(193.538)	(51.068)	10.026	340.596	4.384.819	(4.502.408)	6.902.405
Total	36.482.213	(543.040)	(1.019.553)	321.596	1.792.638	15.449.127	(17.071.678)	35.411.303

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	19.673.670	4.353.532	(5.180.885)	18.846.317
- Financiamentos	3.420.205	235.236	(272.684)	3.382.757
- Empréstimos	14.942.453	3.264.988	(4.254.799)	13.952.642
- Rotativos	1.311.012	853.308	(653.402)	1.510.918
Pessoa Física	30.785.790	11.940.628	(11.890.793)	30.835.625
- Financiamentos	2.643.007	901.731	(382.368)	3.162.370
- Empréstimos	18.690.415	6.401.127	(7.006.017)	18.085.525
- Rotativos	9.452.368	4.637.770	(4.502.408)	9.587.730
Total	50.459.460	16.294.160	(17.071.678)	49.681.942

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Operações de crédito reestruturadas

No total de “Operações de crédito”, estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

	R\$ mil	
	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	26.612.639	34.755.068
Reestruturação (1)	11.278.524	9.346.545
Recebimento/Outros (2)	(6.832.382)	(7.109.584)
Baixas	(5.406.068)	(6.938.268)
Saldo final em 30 de junho	25.652.713	30.053.761
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.817.522)	(16.866.762)
Total de operações de crédito reestruturadas, líquido de perda esperada	12.835.191	13.186.999
Perda esperada sobre as operações de crédito reestruturadas como percentual do total das operações de crédito reestruturadas	50,1%	56,1%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total	3,1%	4,1%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total, líquido de perda esperada	3,3%	4,4%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e

(2) Contempla a liquidação de contratos reestruturados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

f) Perda esperada líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Constituição	20.994.616	17.123.425
Recuperações	(3.454.971)	(2.719.118)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações (1)	17.539.645	14.404.307

(1) No acumulado em 30 de junho de 2026, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 24.739 mil (2025 - R\$ 605.555 mil), cujo valor de venda foi de R\$ 10.432 mil (2025 - R\$ 86.357 mil) e cessão de crédito de operação ativa no montante de R\$ 249.571 mil (2025 - R\$ 2.662 mil), cujo valor de venda foi de R\$ 35.770 mil (2025 - R\$ 76 mil), sem retenção de riscos e benefícios.

g) Itens não registrados no balanço

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*):

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	363.924.389	358.376.828
Beneficiários e garantias prestadas (2)	130.326.580	125.119.738
Créditos abertos para importação	1.084.002	356.071
Total	495.334.971	483.852.637

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento (1)	68.847.801	68.690.210
Títulos e créditos a receber (1)	27.700.597	30.918.155
Devedores por depósitos em garantia	23.919.412	23.808.198
Adiantamentos de contrato de câmbio (1)	13.684.765	12.094.380
Rendas a receber	6.288.567	5.817.881
Valores específicos	8.491.500	8.309.872
Negociação e intermediação de valores	6.867.088	6.014.189
Outros	3.748.402	2.981.601
Total	159.548.132	158.634.486

(1) Contempla operações com características de crédito, que totalizam R\$ 105.464.623 mil.

14) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.972.596	1.184.225
Veículos e afins	552.310	426.895
Máquinas e equipamentos	2.659	1.742
Total (1)	2.527.565	1.612.862

(1) Saldos líquidos de provisões para redução ao valor recuperável de ativos.

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não financeiros mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não financeiros mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

15) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**a) Composição dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto (joint venture)**

Empresas	R\$ mil										
	Em 30 de junho de 2026										
	Localização da Sede	Participação Total	Participação com Direito a Voto	Valor Contábil do Investimento	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado da Equivalência Patrimonial (1)	Outros Resultados Abrangentes do período	Resultado Abrangente Total
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	103.463	5.034.950	1.920.810	4.478.919	1.959.527	(5.966)	139	(5.827)
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,55%	24,32%	262.769	852.632	2.425.216	655.849	1.551.726	13.651	-	13.651
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	497.429	2.653.964	1.956.270	2.650.068	954.826	10.405	(5.645)	4.760
Elo Participações Ltda. (3)	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	1.638.556	1.687.010	6.522.791	579.228	4.354.122	437.240	(71.222)	366.018
Outras (4)				12.217.698					527.215		
Total Geral em 30 de junho de 2026				14.719.915					982.545		-

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação. No acumulado em 30 de junho de 2026, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$ 46.800 mil referente à Empresa Swiss Re Corporate Solutions Brasil;

(3) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. No acumulado em 30 de junho de 2026, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$ 203.544 mil referente à Empresa Elo Participações Ltda.; e

(4) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 30 de junho de 2026, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$ 107.841 mil referente à demais Empresas.

Empresas	R\$ mil										
	Em 31 de dezembro de 2025								Acumulado em 30 de junho de 2025		
	Localização da Sede	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Outros Resultados Abrangentes	Resultados Abrangente Total
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	109.290	5.862.399	2.236.478	5.255.969	2.299.487	20.138	1.154	21.292
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,55%	24,32%	249.118	766.711	2.473.255	668.796	1.579.574	6.714	-	6.714
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	534.853	3.075.599	2.171.323	3.187.083	959.644	8.217	(8.401)	(184)
Elo Participações Ltda. (3)	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	1.305.990	1.433.582	6.152.357	597.993	4.375.461	398.105	(71.720)	326.386
Outras (4)				11.149.182					449.104		
Total geral em 31 de dezembro de 2025				13.348.433							
Total geral em 30 de junho de 2025									882.278		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;

(3) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e

(4) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 30 de junho de 2025, a Organização recebeu R\$ 123.957 mil de dividendos referente à Empresa Cielo S.A..

16) IMOBILIZADO DE USO**a) Composição por classe de imobilizado de uso**

	R\$ mil					
	Saldos em 30 de junho de 2026					Custo líquido de depreciação/ amortização em 31 de dezembro de 2025
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação/ amortização	
Edificações	4%	1.635.045	(1.137.314)	(224)	497.507	342.296
Terrenos	-	705.034	-	-	705.034	699.712
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.089.577	(2.789.007)	(782)	2.299.788	2.305.891
Direitos de Uso	-	3.260.984	(1.172.882)	-	2.088.102	2.157.630
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	367.672	(250.339)	(1.904)	115.429	124.830
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.616.015	(5.332.185)	(5.556)	2.278.274	2.408.924
Sistemas de transportes	10% a 20%	314.971	(151.050)	-	163.921	178.496
Imobilizações em curso	-	398.996	-	-	398.996	408.830
Saldos em 30 de junho de 2026		19.388.294	(10.832.777)	(8.466)	8.547.051	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		18.958.155	(10.320.008)	(11.538)		8.626.609

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota de Outros Passivos Financeiros para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Outros (1)	Total (2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	342.296	699.712	2.305.891	124.830	2.408.924	178.496	2.566.460	8.626.609
Adições/Reduções	181.165	5.322	268.759	2.423	205.094	639	385.893	1.049.295
Depreciação/Amortização	(25.954)	-	(274.862)	(11.824)	(335.744)	(15.214)	(465.255)	(1.128.853)
Saldos em 30 de junho de 2026	497.507	705.034	2.299.788	115.429	2.278.274	163.921	2.487.098	8.547.051
Saldo em 1º de janeiro de 2025	330.752	713.838	2.079.067	119.670	3.432.633	207.142	547.277	7.430.379
Adições/Reduções	68.249	(25.874)	(37.884)	10.438	(481.772)	357	2.731.244	2.264.758
Depreciação/Amortização	(23.703)	-	(251.639)	(14.323)	(361.310)	(16.524)	(590.841)	(1.258.340)
Saldos em 30 de junho de 2025	375.298	687.964	1.789.544	115.785	2.589.551	190.975	2.687.680	8.436.797

(1) Contempla Imobilizado em Curso e Direitos de Uso; e

(2) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução 4.975/21.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do “conglomerado prudencial” foi de 31,6% (em 31 de dezembro de 2025 foi de 26,9%), sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

17) INTANGÍVEL**a) Ágios**

O ágio apurado nas aquisições de investimentos, líquido das provisões para redução ao valor recuperável de ativos, totalizou R\$ 4.407.879 mil (R\$ 4.061.719 mil em 31 de dezembro de 2025), líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo:

- (i) R\$ 2.971.698 mil (R\$ 2.552.155 mil em 31 de dezembro de 2025) representado pela aquisição de ações de empresas coligadas e de controle compartilhado, que estão registradas em Investimentos (Cielo/Fleury/Swiss/Grupo Santa/Outros); e
- (ii) R\$ 1.436.181 mil (R\$ 1.509.564 mil em 31 de dezembro de 2025) líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, representado pela aquisição de ações de empresas controladas, por rentabilidade futura/carteira de clientes/valor de mercado, amortizado em até vinte anos, registrado em Ativos Intangíveis.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram amortizados ágios no montante de R\$ 157.714 mil (2025 - R\$ 165.243 mil).

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Custo líquido em 31 de dezembro de 2025 (2)
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido (2)	
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	10.267.423	(5.161.424)	(57.921)	5.048.078	5.659.298
Software	Até 10%	31.893.579	(17.705.377)	(7.049)	14.181.153	12.441.232
Ágio (3)	Até 20%	14.026.179	(12.486.291)	(103.707)	1.436.181	1.509.564
Outros	Contrato	2.310.846	(1.314.449)	-	996.397	1.058.828
Total em 30 de junho de 2026		58.498.027	(36.667.541)	(168.677)	21.661.809	
Total em 31 de dezembro de 2025		55.101.662	(34.014.565)	(418.175)		20.668.922

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico, sendo: (i) Software e Outros registrados em "Outras Despesas Administrativas"; e (ii) Aquisição de Direitos para prestação de serviços financeiros e Ágio em "Outras Despesas Operacionais";

(2) Custo líquido de amortização e provisões para redução ao valor recuperável de ativos; e

(3) Em 30 de junho de 2026, composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária na Bradesco Bank - R\$ 676.281 mil (31 de dezembro de 2025 - R\$ 700.167 mil), Odonto System - R\$ 3.309 mil (31 de dezembro de 2025 - R\$ 4.836 mil), Bradescard México - R\$ 5.388 mil (31 de dezembro de 2025 - R\$ 6.061 mil), Kirton Bank - R\$ 368.328 mil (31 de dezembro de 2025 - R\$ 382.942 mil), RCB Investimentos - R\$ 3.364 mil (31 de dezembro de 2025 - R\$ 4.485 mil), Banco Dígito - R\$ 35.216 mil (31 de dezembro de 2025 - R\$ 60.170 mil) e Tivio Capital - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - R\$ 83.223 mil (31 de dezembro de 2025 - R\$ 98.069 mil).

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 30 de junho de 2026
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.659.298	336.861	(948.081)	5.048.078
Software	12.441.232	3.223.032	(1.483.111)	14.181.153
Ágio – Rentabilidade futura	351.545	84.331	(107.197)	328.679
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões	809.501	-	(44.471)	765.030
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	348.518	-	(6.046)	342.472
Outros	1.058.828	(25.009)	(37.422)	996.397
Total	20.668.922	3.619.215	(2.626.328)	21.661.809

	R\$ mil			
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 30 de junho de 2025
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.553.483	552.989	(944.232)	5.162.240
Software	10.287.797	1.536.887	(1.385.889)	10.438.795
Ágio – Rentabilidade futura	660.471	547.528	(116.931)	1.091.068
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões	903.626	-	(45.412)	858.214
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	354.660	-	(2.900)	351.760
Outros	1.230.115	59.979	(108.253)	1.181.841
Total	18.990.152	2.697.383	(2.603.617)	19.083.918

18) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	1.416.252	159.265
Devedores diversos	4.779.876	5.132.552
Despesas antecipadas (i)	10.345.047	5.081.590
Outros Valores e Bens	91.450	92.925
Outros (1)	5.966.782	5.670.921
Total	22.599.407	16.137.253

(1) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir, R\$ 2.060.445 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 2.060.445 mil) de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente e propriedade para investimento no montante de R\$ 1.253.209 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 1.383.569 mil), sendo o valor justo de R\$ 2.772.199 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 2.667.698 mil). O valor justo dos imóveis foi apurado por avaliadores independentes, em conformidade com a NBR 14.653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, utilizando metodologias de avaliação reconhecidas e adequadas às características e condições de mercado de cada imóvel. Os valores resultantes estão devidamente fundamentados e em conformidade com os normativos vigentes.

i. Despesas antecipadas

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Custos de aquisição diferidos de seguros (1)	3.989.968	3.324.757
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (2)	3.733	7.782
Despesas de propaganda e publicidade (3)	287.604	135.435
Outras (4)	6.063.742	1.613.616
Total	10.345.047	5.081.590

(1) Comissões pagas aos corretores e representantes sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização;

(2) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes – crédito consignado;

(3) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros; e

(4) Inclui, basicamente: (i) antecipação da contribuição mensal na modalidade de pagamento em parcela única ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC (nota 40d); (ii) despesas de infraestrutura de TI; e (iii) despesas pela emissão de cartões.

19) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.171.252	-	-	-	1.171.252	1.203.130
Depósitos interfinanceiros	32.194.929	475.799	881.537	857.803	34.410.068	5.485.877
Captações no mercado aberto (a)	246.950.953	24.391.028	1.006.156	49.849.525	322.197.662	349.702.217
Obrigações por empréstimos (b)	7.577.212	18.736.609	12.312.949	3.294.910	41.921.680	38.999.650
Obrigações por repasses (c)	1.131.913	6.501.583	5.581.846	21.538.706	34.754.048	31.708.620
Total geral em 30 de junho de 2026	289.026.259	50.105.019	19.782.488	75.540.944	434.454.710	
%	66,5	11,5	4,6	17,4	100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2025	327.014.095	56.709.308	20.169.509	23.206.582		427.099.494
%	76,6	13,3	4,7	5,4		100,0

a) Captações no mercado aberto

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Carteira própria	112.526.055	7.778.502	992.666	49.849.525	171.146.748	189.066.034
• Títulos públicos	79.188.481	7.461.395	793.798	36.422.707	123.866.381	143.816.805
• Títulos privados	12.969.064	317.107	198.868	12.953.113	26.438.152	29.296.620
• Exterior	20.368.510	-	-	473.705	20.842.215	15.952.609
Carteira de terceiros (1)	120.874.204	2.118.428	-	-	122.992.632	116.869.622
Carteira livre movimentação (1)	13.550.694	14.494.098	13.490	-	28.058.282	43.766.561
Total geral em 30 de junho de 2026	246.950.953	24.391.028	1.006.156	49.849.525	322.197.662	
%	76,6	7,6	0,3	15,5	100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2025	316.634.256	31.214.807	6.658	1.846.496		349.702.217
%	90,6	8,9	-	0,5		100,0

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2026				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No Exterior	7.577.212	18.736.609	12.312.949	3.294.910	41.921.680
Total geral em 30 de junho de 2026	7.577.212	18.736.609	12.312.949	3.294.910	41.921.680
%	18,1	44,6	29,4	7,9	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2025	5.056.343	21.178.358	11.120.445	1.644.504	38.999.650
%	13,0	54,3	28,5	4,2	100,0

c) Obrigações por repasses ⁽¹⁾

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2026				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Do País	1.131.913	6.501.583	5.581.846	21.538.706	34.754.048
- FINAME	742.145	3.745.328	3.044.828	13.514.079	21.046.380
- BNDES	317.130	2.756.255	2.219.106	7.516.582	12.809.073
- Tesouro nacional	-	-	317.912	-	317.912
- Outras instituições	72.638	-	-	508.045	580.683
Total geral em 30 de junho de 2026	1.131.913	6.501.583	5.581.846	21.538.706	34.754.048
%	3,3	18,6	16,1	62,0	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2025	1.175.067	4.086.293	7.310.814	19.136.446	31.708.620
%	3,7	12,8	23,1	60,4	100,0

(1) As obrigações por repasses consistem em recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Empréstimos:		
- No País	81.355	102.819
- No Exterior	653.846	619.779
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior	2.628.337	1.046.487
Subtotal de empréstimos	3.363.538	1.769.085
Repasses do País:		
- BNDES	565.482	318.406
- FINAME	1.403.194	1.045.766
- Tesouro nacional	20.060	15.118
- Outras instituições	9.250	4.784
Repasses do Exterior:		
- Obrigações com banqueiros no exterior	805.196	197.952
Subtotal de repasses	2.803.182	1.582.026
Total	6.166.720	3.351.111

e) Despesas com operações de captações no mercado

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Depósitos de poupança	4.368.412	4.444.678
Depósitos a prazo	26.733.556	21.205.727
Captações no mercado aberto	22.139.339	17.095.940
Recursos de emissão de títulos (Nota 21a)	20.511.479	13.084.137
Dívidas subordinadas (Nota 22b)	4.267.970	4.158.713
Outras despesas de captação	1.300.942	161.355
Total	79.321.698	60.150.550

20) RECURSOS DE CLIENTES

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista - clientes (1)	33.384.425	-	-	-	33.384.425	36.792.675
Depósitos de poupança (1)	121.285.929	-	-	-	121.285.929	124.461.404
Depósitos à prazo (2)	49.927.274	68.753.461	93.919.870	379.655.794	592.256.399	560.020.072
Total em 30 de junho de 2026	204.597.628	68.753.461	93.919.870	379.655.794	746.926.753	
%	27,4	9,2	12,6	50,8	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2025	208.009.606	66.066.548	102.249.281	344.948.716		721.274.151
%	28,8	9,2	14,2	47,8		100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

21) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					Em 31 de dezembro de 2025
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Títulos e valores mobiliários – País:						
- Letras de crédito imobiliário	1.049.234	5.685.137	10.501.510	64.579.282	81.815.163	75.321.675
- Letras de crédito do agronegócio	890.428	3.719.342	5.023.839	47.261.544	56.895.153	54.287.950
- Letras financeiras	2.745.388	31.467.101	30.074.273	84.821.921	149.108.683	135.672.973
- Letras imobiliárias garantidas (1)	539.595	2.139.946	4.256.105	16.590.937	23.526.583	23.600.199
Subtotal	5.224.645	43.011.526	49.855.727	213.253.684	311.345.582	288.882.797
Títulos e valores mobiliários – Exterior:						
- MTN Program Issues (2)	2.445.202	39.919	2.619.815	10.821.365	15.926.301	11.423.465
Subtotal	2.445.202	39.919	2.619.815	10.821.365	15.926.301	11.423.465
Certificados de operações estruturadas	33.783	308.102	486.203	6.533.940	7.362.028	5.954.420
Total geral em 30 de junho de 2026	7.703.630	43.359.547	52.961.745	230.608.989	334.633.911	
%	2,3	13,0	15,8	68,9	100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2025	16.357.292	25.082.829	45.445.374	219.375.187		306.260.682
%	5,3	8,2	14,8	71,7		100,0

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 30.633.517 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 29.496.034 mil), que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução CMN nº 5.001/22, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 214 e 235 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 62 e 23 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 1,55% do total de ativos e 31,95% do valor de garantia dos imóveis. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução CMN nº 5.001/22; e

(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	306.260.682	257.977.344
Emissões	61.731.914	68.141.958
Juros	20.511.479	13.084.137
Liquidação e pagamentos de juros	(52.868.831)	(59.028.326)
Variação cambial	(1.001.333)	1.215.064
Saldo final em 30 de junho	334.633.911	281.390.177

22) DÍVIDAS SUBORDINADAS**a) Composição por vencimento**

Vencimento	R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
No País				
Letras Financeiras:				
2027	7	13.000	25.673	24.005
2026	8	694.800	1.484.292	1.380.842
2030	8	2.368.200	4.233.699	3.923.963
2027	9	89.700	201.162	187.469
2026	10	92.896	280.694	655.486
2027	10	256.243	625.678	586.866
2028	10	248.300	607.177	567.279
2030	10	124.500	225.200	213.615
2031	10	5.907.600	11.585.856	13.246.380
2032	10	5.378.500	9.593.787	8.884.021
2033	10	531.000	750.729	700.964
2035	10	2.503.500	2.702.068	2.519.653
2036	10	3.552.300	3.712.237	-
2026	11	-	-	4.531
2027	11	47.046	127.748	118.795
2028	11	74.764	188.028	176.548
Perpétua		17.680.500	18.673.946	21.524.109
Total geral (1) (2)			55.017.974	54.714.526

(1) Inclui o montante de R\$ 51.007.808 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 50.648.748 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como “Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital” para fins de capital regulamentar; e

(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 19e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R\$ mil	
	2026	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro	54.714.526	57.458.927
Emissões	3.552.300	5.555.700
Juros	4.267.970	4.158.713
Liquidação e pagamentos de juros	(7.516.822)	(6.919.722)
Saldo final em 30 de junho	55.017.974	60.253.618

23) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	53.070.098	49.911.261
Negociação e intermediação de valores	15.620.045	12.468.529
Obrigações por empréstimos de instrumentos financeiros	10.169.160	6.816.733
Passivo financeiro de arrendamento (a)	2.861.419	3.247.390
Obrigações por operações vinculadas a cessão/outros	3.431.492	3.488.479
Total	85.152.214	75.932.392

a) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.247.390
Adições/(Baixas)	(41.017)
Pagamentos	(499.279)
Apropriação de encargos financeiros	154.325
Saldo final em 30 de junho de 2026	2.861.419
Saldo em 1º de janeiro de 2025	3.014.544
Adições/(Baixas)	1.126.587
Pagamentos	(742.617)
Apropriação de encargos financeiros	171.641
Saldo final em 30 de junho de 2025	3.570.155

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 30 de junho de 2026 está dividido da seguinte forma: R\$ 714.594 mil até 1 ano (R\$ 730.937 mil até 1 ano em dezembro de 2025), R\$ 1.669.020 mil entre 1 a 5 anos (R\$ 1.730.439 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2025) e R\$ 420.780 mil com mais de 5 anos (R\$ 495.566 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2025).

Impactos no resultado

O impacto no resultado no acumulado em 30 de junho de 2026 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 469.138 mil (2025 - R\$ 590.841 mil) e Despesas financeiras – R\$ 154.325 mil (2025 - R\$ 171.641 mil).

24) PROVISÕES**a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização****I) Provisões técnicas por conta**

	R\$ mil							
	Seguros (1)		Vida e Previdência (2)		Capitalização		Total	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante e exigível a longo prazo								
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.229.326	1.205.288	401.192.268	380.224.229	-	-	402.421.594	381.429.517
Provisão matemática de benefícios concedidos	469.515	452.783	12.906.167	12.634.815	-	-	13.375.682	13.087.598
Provisão matemática para capitalização	-	-	-	-	8.595.111	8.577.383	8.595.111	8.577.383
Provisão de IBNR	8.259.736	8.242.451	979.801	1.013.195	-	-	9.239.537	9.255.646
Provisão de prêmios não ganhos	7.989.085	7.868.218	2.845.528	2.990.930	-	-	10.834.613	10.859.148
Provisão de sinistros a liquidar	8.187.647	8.253.820	1.562.345	1.379.945	-	-	9.749.992	9.633.765
Provisão de excedente financeiro	-	-	538.696	573.999	-	-	538.696	573.999
Provisão para sorteios e resgates	-	-	-	-	1.676.353	1.583.685	1.676.353	1.583.685
Outras provisões	5.067.520	5.019.655	5.729.351	5.867.928	100.032	105.929	10.896.903	10.993.512
Total das provisões técnicas	31.202.829	31.042.215	425.754.156	404.685.041	10.371.496	10.266.997	467.328.481	445.994.253

II) Garantias das provisões técnicas

	R\$ mil							
	Seguros		Vida e Previdência		Capitalização		Total	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Total das provisões técnicas	31.202.829	31.042.215	425.754.156	404.685.041	10.371.496	10.266.997	467.328.481	445.994.253
(-) Provisão matemática de benefícios a conceder (PGBL e VGBL) (4)	-	-	(366.371.141)	(347.205.689)	-	-	(366.371.141)	(347.205.689)
(-) Carregamento de comercialização – garantia estendida	(302.900)	(310.981)	-	-	-	-	(302.900)	(310.981)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(13.909)	(32.532)	(25.581)	(14.585)	-	-	(39.490)	(47.117)
(-) Direitos creditórios	(3.111.664)	(3.038.361)	-	-	-	-	(3.111.664)	(3.038.361)
(-) Provisão de prêmios não ganhos – seguro saúde e odontológico (3)	(2.833.112)	(2.708.907)	-	-	-	-	(2.833.112)	(2.708.907)
(-) Outras deduções - Seguro saúde e odontológico (3)	(5.441.159)	(5.102.720)	-	-	-	-	(5.441.159)	(5.102.720)
Total a ser coberto	19.500.085	19.848.714	59.357.434	57.464.767	10.371.496	10.266.997	89.229.015	87.580.478
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	6.776.921	9.478.221	23.964.716	23.454.951	4.559.445	5.869.752	35.301.082	38.802.924
Títulos públicos	17.183.181	14.159.178	35.713.294	33.525.466	5.994.101	4.501.219	58.890.576	52.185.863
Ações	-	-	817.920	1.606.238	-	-	817.920	1.606.238
Títulos privados	231.245	230.593	374.883	373.042	-	-	606.128	603.635
Total das garantias das provisões técnicas	24.191.347	23.867.992	60.870.813	58.959.697	10.553.546	10.370.971	95.615.706	93.198.660

(1) A linha de “Outras provisões” de Seguros inclui, substancialmente, a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R\$ 4.909.701 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 4.882.897 mil) e Provisão de Despesas Relacionadas de R\$125.054 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 106.272 mil);

(2) A linha de “Outras provisões” de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a “Provisão de resgates e outros valores a regularizar” no montante de R\$ 4.721.141 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 4.696.501 mil), “Provisão de despesas relacionadas” de R\$ 317.639 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 309.684 mil);

(3) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC) e Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): (i) garantidos por depósito judicial; (ii) relacionados a cobranças do SUS; e (iii) planos da modalidade pós-estabelecido; e

(4) Em atendimento ao artigo 57 da Resolução CNSP nº 432/2021, foi desconsiderado do cálculo das provisões técnicas da vida e previdência, o montante das provisões matemáticas de benefícios a conceder e seus respectivos fundos de investimentos especialmente constituídos relativos a PGBL e VGBL.

III) Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Prêmios emitidos	39.205.001	36.011.945
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	16.207.743	19.573.263
Receitas com títulos de capitalização	2.806.589	3.637.875
Prêmios de cosseguros cedidos	(23.196)	(25.414)
Prêmios restituídos	(12.348)	(12.895)
Prêmios emitidos líquidos de seguros, planos de previdência e capitalização	58.183.789	59.184.774
Prêmios de resseguros	(30.849)	(5.145)
Prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização	58.152.940	59.179.629
Variação nas provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(19.809.766)	(23.926.475)
Sorteios e resgates de títulos de capitalização	(2.428.195)	(3.166.747)
Sinistros retidos	(25.377.882)	(22.853.194)
Despesas de comercialização de seguros, previdência e capitalização	(2.711.857)	(2.277.028)
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	7.825.240	6.956.185

b) Outras provisões

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para contingências (Nota 25)	17.289.169	18.030.353
Outras (1)	16.685.740	17.430.161
Total	33.974.909	35.460.514

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

25) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a constituição da provisão considera os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas seguindo critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.571.863 mil (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 3.467.535 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- PIS e Cofins – R\$ 993.835 mil (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 951.899 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços); e
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 577.634 mil (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 560.495 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.361.652	6.918.859	6.749.842	18.030.353
Atualização monetária	43.787	164.638	173.669	382.094
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.336.530	1.511.291	(286.869)	2.560.952
Pagamentos	(1.364.239)	(1.593.563)	(726.428)	(3.684.230)
Saldo em 30 de junho de 2026	4.377.730	7.001.225	5.910.214	17.289.169

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	2.613.403	7.827.251	7.457.160	17.897.814
Atualização monetária	141.924	250.017	236.410	628.351
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.885.618	825.165	1.393.901	5.104.684
Pagamentos	(1.790.019)	(1.550.858)	(589.817)	(3.930.694)
Saldo em 30 de junho de 2025	3.850.926	7.351.575	8.497.654	19.700.155

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências

jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 30 de junho de 2026 para os processos trabalhistas R\$ 1.570.998 mil (R\$ 1.456.696 mil em 31 de dezembro de 2025), para os processos cíveis R\$ 11.935.058 mil (R\$ 11.124.335 mil em 31 de dezembro de 2025) e para os processos fiscais R\$ 38.298.486 mil (R\$ 43.095.893 mil em 31 de dezembro de 2025).

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 10.767.383 mil (R\$ 10.475.878 mil em 31 de dezembro de 2025): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 6.587.474 mil (R\$ 11.141.274 mil em 31 de dezembro de 2025): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização. No trimestre, a Organização optou pela liquidação dos débitos, considerando os benefícios previstos na Lei nº 14.689/2023 (Lei do Voto de Qualidade), resultando na exclusão de juros e multas e na liquidação do principal mediante utilização integral de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL, no montante de R\$ 1.780.614 mil;
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2021 – R\$ 7.541.566 mil (R\$ 7.749.082 mil em 31 de dezembro de 2025): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.489.055 mil (R\$ 3.502.232 mil em 31 de dezembro de 2025): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 2.087.216 mil (R\$ 1.967.940 mil em 31 de dezembro de 2025): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Juros Sobre Capital Próprio – Ano base 2019 a 2021 – R\$ 990.148 mil (R\$ 933.359 mil em 31 de dezembro de 2025): autuações de IRPJ/CSLL questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 861.392 mil (R\$ 835.865 mil em 31 de dezembro de 2025): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal; e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 208.115 mil (R\$ 202.467 mil em 31 de dezembro de 2025): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

26) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Credores diversos	8.266.078	7.717.586
Sociais e estatutárias	10.925.256	9.111.650
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.011.774	1.030.874
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	3.717.133	3.981.481
Obrigações por cotas de fundos de investimento	9.859.565	3.799.034
Fiscais e previdenciárias	1.512.215	2.272.401
Operações com cartão de crédito	1.389.257	1.310.188
Taxa de administração antecipada	1.117.197	1.045.207
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.243.009	625.933
Outros (1)	7.475.338	6.990.616
Total	51.516.822	37.884.970

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

27) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ordinárias	5.303.870.781	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247	5.288.141.247
Subtotal	10.592.012.028	10.592.012.028
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(10.650.000)	(7.500.000)
Total em circulação	10.570.712.028	10.577.012.028

(1) Em fevereiro de 2026 houve aquisição de 6.300.000 ações em Tesouraria, sendo 3.150.000 ações ordinárias e 3.150.000 ações preferenciais.

b) Movimentação do capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2026, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 6.670.000 mil, elevando-o de R\$ 87.100.000 mil para R\$ 93.770.000 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Reserva Legal", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2026, foi aprovado o aumento do capital social da companhia. A operação reflete a confiança das acionistas controladoras no plano de transformação da empresa e visa fortalecer os investimentos estratégicos para geração de valor e aumento da competitividade.

O aumento de capital será de até R\$ 10 bilhões, com a garantia de subscrição do montante mínimo de R\$ 8 bilhões pelas controladoras, e ocorrerá mediante a

emissão para subscrição privada de até 302.876.396 novas ações ordinárias e até 301.976.357 novas ações preferenciais. Adicionalmente, foi aprovada a antecipação do pagamento de R\$ 6,5 bilhões em Juros sobre o Capital Próprio para 15 de setembro de 2026, de modo a viabilizar a utilização desses recursos pelos acionistas na subscrição.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Reservas de lucros		
- Reserva legal (1)	9.290.676	15.356.673
- Reserva estatutária (2)	79.214.429	75.708.214
Total	88.505.105	91.064.887

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2026, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2026, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270307744 por ação ordinária e R\$ 0,297338519 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de outubro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 23 de junho de 2026, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2026, no valor de R\$ 3.500.000 mil, sendo R\$ 0,315359035 por ação ordinária e R\$ 0,346894939 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 29 de janeiro de 2027.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	12.080.064	
(-) Reserva legal	604.003	
Base de cálculo ajustada	11.476.061	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	1.148.877	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	6.500.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	320.969	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.394.723)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2026	6.575.123	57,29
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2025	5.817.433	51,59

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto) - R\$		R\$ mil		
			Valor pago / provisionado	IRRF (17,5%) (2)	Valor pago / provisionado líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.148.877	201.053	947.824
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,585667	0,644233	6.500.000	1.137.500	5.362.500
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,028920	0,031812	320.969	56.170	264.799
Total acumulado em 30 de junho de 2026	0,718086	0,789895	7.969.846	1.394.723	6.575.123

Descrição	Por ação (bruto) - R\$		R\$ mil		
			Valor pago / provisionado	IRRF (15%)	Valor pago / provisionado líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.149.939	172.491	977.448
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,477259	0,524985	5.300.000	795.000	4.505.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,035488	0,039037	394.100	59.115	334.985
Total acumulado em 30 de junho de 2025	0,616246	0,677871	6.844.039	1.026.606	5.817.433

(1) A serem pagos em 15 de setembro de 2026; e

(2) Aumento da alíquota a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme Lei Complementar nº 224/2025.

e) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 30 de junho de 2026, permaneciam em tesouraria 10.650.000 ações ordinárias e 10.650.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 288.591 mil (R\$ 168.625 mil em 31 de dezembro de 2025). O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,65, R\$ 12,14 e R\$ 17,68 e por ação PN é de R\$ 11,53, R\$ 13,47 e R\$ 20,40 respectivamente.

f) Lucro por ação

i. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	5.752.411	5.651.865
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	6.327.653	6.217.052
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.293.865	5.298.224
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.278.135	5.282.494
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	1,09	1,07
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	1,20	1,18

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

28) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS

Em 30 de junho de 2026, o saldo das participações minoritárias das controladas foi de R\$ 1.717.216 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 795.562 mil), representada basicamente, pela empresa Bradsaúde S.A. (nova denominação da Odontoprev).

29) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Rendas de cartão	5.392.612	5.011.395
Conta corrente	3.197.086	3.362.135
Administração de consórcios	1.696.914	1.478.461
Mercado de capitais/Assessoria financeira	1.114.642	996.682
Cobrança	612.464	691.233
Administração de fundos	739.570	682.262
Serviços de custódia e corretagens	1.163.209	966.798
Operações de crédito	1.230.462	1.294.273
Arrecadações	213.351	181.707
Outras	437.972	374.543
Total	15.798.282	15.039.489

30) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Proventos	7.337.813	6.749.017
Benefícios	2.610.766	2.714.106
Encargos sociais	2.221.399	2.293.951
Participação dos empregados nos lucros	1.204.521	1.045.628
Treinamentos	47.508	42.771
Total	13.422.007	12.845.473

31) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Serviços de terceiros	2.362.185	2.490.258
Depreciação e amortização	2.649.386	2.691.397
Processamento de dados	1.847.550	1.281.410
Comunicação	327.952	327.402
Manutenção e conservação de bens	542.203	653.062
Serviços do sistema financeiro	806.518	806.994
Propaganda, promoções e publicidade	720.914	585.608
Segurança e vigilância	222.220	241.780
Transportes	284.929	313.755
Água, energia e gás	145.197	155.605
Materiais	55.526	55.091
Viagens	118.086	93.026
Aluguéis	49.500	51.035
Outras	1.024.254	977.170
Total	11.156.420	10.723.593

32) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Contribuição à Cofins	3.002.900	2.913.515
Contribuição ao PIS	543.297	496.435
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	558.588	516.544
Despesas com IPTU	76.685	80.982
Outras	175.395	146.697
Total	4.356.865	4.154.173

33) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Outras receitas financeiras	1.298.566	1.646.936
Reversão de outras provisões operacionais	1.120.601	862.409
Receitas de recuperação de encargos e despesas	665.120	450.113
Outras (1)	2.307.379	2.272.970
Total	5.391.666	5.232.428

(1) Composto, principalmente, por receitas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

34) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Outras despesas financeiras	530.017	676.214
Despesas com perdas diversas	276.543	402.369
Despesas com descontos concedidos	1.717.954	1.129.704
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	320.199	213.085
Amortização - direito para prestação de serviços financeiros	948.081	944.232
Amortização de ágio (Nota 17a)	157.714	165.243
Despesas com comercialização de cartões	2.511.831	2.126.035
Outras (1)	6.198.786	5.749.750
Total	12.661.125	11.406.632

(1) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

35) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	85.137	77.192
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(71.453)	(191.854)
Outros	14.111	24.661
Total	27.795	(90.001)

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

36) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.801.245	10.786.143
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(6.660.560)	(4.853.764)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e de controle compartilhado	442.145	397.025
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	812.423	1.695.531
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	3.586.430	3.079.818
Outros valores (1)	(743.053)	907.541
Imposto de renda e contribuição social do período (2)	(2.562.615)	1.226.151

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; (ii) baixa de prejuízo fiscal e base negativa para liquidação de débitos pelo benefício da Lei 14.689/23 (Lei do Voto de Qualidade) no montante de R\$ 1.780.614 mil (nota 25c) e (iii) as deduções incentivadas; e

(2) Em 30 de junho de 2026, a despesa de IRPJ e CSLL é composta por R\$ 5.320.489 mil de tributos correntes (2025 - R\$ 6.913.753 mil) e R\$ (7.883.104 mil) de tributos diferidos (2025 - R\$ 8.139.904 mil).

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2026
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	82.240.802	4.863.822	(8.829.568)	78.275.056
Provisões cíveis	2.987.706	193.155	(197.691)	2.983.170
Provisões fiscais	2.714.477	146.589	(26.103)	2.834.963
Provisões trabalhistas	1.943.850	123.254	(116.811)	1.950.293
Ativos não financeiros mantidos para venda	640.223	149.667	(246.304)	543.586
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	34.104	1.238	(21.884)	13.458
Ágio amortizado	235.688	6.277	(60)	241.905
Outros	6.484.527	1.820.928	(1.510.249)	6.795.206
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	97.281.377	7.304.930	(10.948.670)	93.637.637
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.682.204	1.318.024	(3.912.456)	16.087.772
Subtotal	115.963.581	8.622.954	(14.861.126)	109.725.409
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.738.466	649.205	(373.433)	3.014.238
Total dos créditos tributários	118.702.047	9.272.159	(15.234.559)	112.739.647
Obrigações fiscais diferidas (Nota 36d)	5.450.471	2.213.497	(457.698)	7.206.270
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	113.251.576	7.058.662	(14.776.861)	105.533.377
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 39b)	64,7%			56,8%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	4,9%			4,3%

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.978.932	12.863.653	(9.272.604)	75.569.981
Provisões cíveis	3.427.730	252.717	(491.525)	3.188.922
Provisões fiscais	3.428.498	709.601	(672.346)	3.465.753
Provisões trabalhistas	1.165.970	591.631	(37.798)	1.719.803
Provisão para Perdas Esperadas Ativos Financeiros	699.332	131.436	(151.395)	679.373
Ativos não financeiros mantidos para venda	15.812	250.642	(3.428)	263.026
Ágio amortizado	226.255	7.375	(5.608)	228.022
Outros	6.143.515	2.310.161	(2.411.023)	6.042.653
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	87.086.044	17.117.216	(13.045.727)	91.157.533
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	2.644.494	(405.389)	20.994.455
Subtotal	105.841.394	19.761.710	(13.451.116)	112.151.988
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	3.354.802	266.091	(830.993)	2.789.900
Total dos créditos tributários	109.196.196	20.027.801	(14.282.109)	114.941.888
Obrigações fiscais diferidas (Nota 36d)	4.637.595	1.480.442	(525.438)	5.592.599
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	104.558.601	18.547.359	(13.756.671)	109.349.289
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 39b)	68,2%			67,2%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	5,1%			5,2%

c) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 30 de junho de 2026 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	4.291.130	3.345.785	108.202	30.245	7.775.362
2027	8.703.299	6.884.476	166.215	61.217	15.815.207
2028	7.298.135	5.779.762	292.357	161.183	13.531.437
2029	6.569.791	5.208.208	581.094	391.988	12.751.081
2030	5.808.321	4.482.933	1.075.959	792.443	12.159.656
2031	4.310.788	3.373.517	1.631.994	1.238.932	10.555.231
2032	3.801.114	2.996.658	2.091.428	1.579.736	10.468.936
2033	3.572.833	2.824.218	2.397.934	1.861.487	10.656.472
2034	3.693.815	2.865.938	356.687	1.006.396	7.922.836
2035	4.390.567	3.436.349	142.274	120.001	8.089.191
Total	52.439.793	41.197.844	8.844.144	7.243.628	109.725.409

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

Em 30 de junho de 2026, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 94.685.896 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 100.947.137 mil), sendo: R\$ 81.514.939 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 85.872.618 mil) de diferenças temporárias e R\$ 13.170.957 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 15.074.519 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

d) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Constituição	Realização / Baixas	Saldo em 30 de junho de 2026
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	474.115	833.994	(163.158)	1.144.951
Superveniência de depreciação	1.055.737	215.079	-	1.270.816
Atualização de depósitos judiciais	2.222.169	174.148	(26.940)	2.369.377
Outros	894.524	848.432	(236.623)	1.506.333
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	4.646.545	2.071.653	(426.721)	6.291.477
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	803.926	141.844	(30.977)	914.793
Total dos impostos diferidos (Nota 36d)	5.450.471	2.213.497	(457.698)	7.206.270

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização / Baixas	Saldo em 30 de junho de 2025
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	443.139	376.264	(205.831)	613.572
Superveniência de depreciação	726.203	200.157	-	926.360
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	135.724	(41.027)	2.103.225
Outros	1.003.150	599.639	(272.651)	1.330.138
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	4.181.020	1.311.784	(519.509)	4.973.295
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	456.575	168.658	(5.929)	619.304
Total dos impostos diferidos (Nota 36d)	4.637.595	1.480.442	(525.438)	5.592.599

37) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**a) Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial**

A Administração usa uma variedade de informações para avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera, incluindo as oriundas das demonstrações financeiras consolidadas que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que levam em consideração, nos critérios de consolidação, empresas de controle compartilhado, portanto, diferindo, em parte, dos critérios do CPC 36.

As principais diferenças de critérios de consolidação são demonstradas a seguir, através da Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial:

	R\$ mil			
	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Ativo				
Disponibilidades	15.372.519	177.416	(57.292)	15.492.643
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.000.371.248	7.202.887	54.782.588	1.062.356.723
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	376.558.007	1.755.269	(285.436)	378.027.840
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	667.168.672	13.497.725	(1.886.664)	678.779.733
Outros ativos financeiros	159.548.132	147.646	(1.642.355)	158.053.423
Ativos não financeiros mantidos para venda	2.527.565	90.146	(632.296)	1.985.415
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	14.719.915	(7.988.592)	-	6.731.323
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.547.051	404.425	-	8.951.476
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	21.661.809	5.666.525	-	27.328.334
Impostos a compensar e crédito tributário	142.535.124	2.446.918	-	144.982.042
Outros ativos	22.599.407	1.485.677	(99.087)	23.985.997
Total em 30 de junho de 2026	2.431.609.449	24.886.042	50.179.458	2.506.674.949
Total em 31 de dezembro de 2025	2.306.727.763	29.930.004	45.943.903	2.382.601.670

	R\$ mil			
	Balanco Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanco Patrimonial Gerencial
Passivo				
Recursos de instituições financeiras	434.454.710	8.656.708	45.649.752	488.761.170
Recursos de clientes	746.926.753	197.722	2.791.603	749.916.078
Recursos de emissão de títulos	334.633.911	8.757.522	13.061.600	356.453.033
Dívidas subordinadas	55.017.974	-	-	55.017.974
Outros passivos financeiros	85.152.214	(8.042.873)	(1.020.764)	76.088.577
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	33.659.437	-	152.805	33.812.242
Provisão para perda esperada	2.946.355	1.518	-	2.947.873
Provisões técnicas de seguros e previdência	467.328.481	-	-	467.328.481
Outras provisões	33.974.909	1.054.419	(22.099)	35.007.229
Impostos correntes e diferidos	9.050.340	323.870	(242)	9.373.968
Outros passivos	51.516.822	10.544.141	(10.433.197)	51.627.766
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	175.230.327	-	-	175.230.327
Participação de acionistas não controladores	1.717.216	3.393.015	-	5.110.231
Total em 30 de junho de 2026	2.431.609.449	24.886.042	50.179.458	2.506.674.949
Total em 31 de dezembro de 2025	2.306.727.763	29.930.004	45.943.903	2.382.601.670

	R\$ mil			
	DRE Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	DRE Gerencial
Receitas da intermediação financeira	135.429.751	2.015.533	1.997.312	139.442.596
Despesas da intermediação financeira	(85.488.418)	(803.490)	(3.546.888)	(89.838.796)
Resultado da intermediação financeira	49.941.333	1.212.043	(1.549.576)	49.603.800
Perdas esperadas de ativos financeiros	(20.994.616)	(314.376)	-	(21.308.992)
Resultado bruto da intermediação financeira	28.946.717	897.667	(1.549.576)	28.294.808
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	7.825.240	-	-	7.825.240
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	15.798.282	3.632.372	1.350.419	20.781.073
Despesas de pessoal/administrativas	(24.578.427)	(1.274.259)	140.731	(25.711.955)
Despesas tributárias	(4.356.865)	(343.016)	-	(4.699.881)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	982.545	(742.496)	-	240.049
IR/CS e Outras receitas/despesas	(12.537.428)	(2.170.268)	58.426	(14.649.270)
Lucro líquido acumulado em 30 de junho de 2026	12.080.064	-	-	12.080.064
Lucro líquido acumulado em 30 de junho de 2025	11.868.917	-	-	11.868.917

(1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Elopap, Banco John Deere etc.) para fins gerenciais; e

(2) Refere-se, basicamente, à reversão da consolidação de fundos exclusivos.

b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado por segmento - Gerencial

As informações gerenciais por segmento, a seguir, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	Consolidado Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo							
Disponibilidades	13.447.494	5.388.030	190.700	6.187	254	(3.540.022)	15.492.643
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	542.666.165	68.137.670	491.012.731	6.836	2.784.225	(42.250.904)	1.062.356.723
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	376.863.743	2.427.237	13.231	-	-	(1.276.371)	378.027.840
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	610.575.606	96.436.500	-	-	-	(28.232.373)	678.779.733
Outros ativos financeiros	149.529.094	702.168	11.959.622	33.385	98.829	(4.269.675)	158.053.423
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.741.801	38.182	205.432	-	-	-	1.985.415
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	88.276.645	-	6.549.551	-	27.595	(88.122.468)	6.731.323
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	7.127.943	111.496	2.540.623	655	20.288	(849.529)	8.951.476
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	22.598.804	185.841	4.543.077	96	516	-	27.328.334
Impostos a compensar e crédito tributário	137.540.167	519.881	6.730.232	4.130	187.632	-	144.982.042
Outros ativos	16.957.635	1.613.158	5.413.160	570	5.448	(3.974)	23.985.997
Total em 30 de junho de 2026	1.967.325.097	175.560.163	529.158.359	51.859	3.124.787	(168.545.316)	2.506.674.949
Total em 31 de dezembro de 2025	1.870.355.271	165.656.282	507.740.651	49.198	3.278.326	(164.478.058)	2.382.601.670
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	479.513.943	43.896.548	-	-	-	(34.649.321)	488.761.170
Recursos de clientes	678.896.622	71.473.319	-	-	-	(453.863)	749.916.078
Recursos de emissão de títulos	380.858.606	15.782.114	-	-	-	(40.187.687)	356.453.033
Dívidas subordinadas	55.017.974	-	-	-	-	-	55.017.974
Outros passivos financeiros	76.719.024	3.884	214.697	501	-	(849.529)	76.088.577
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	30.013.640	3.798.602	-	-	-	-	33.812.242
Provisão para perda esperada	2.944.523	3.350	-	-	-	-	2.947.873
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	467.305.421	23.060	-	-	467.328.481
Outras provisões	28.550.128	123.185	6.192.796	12.181	138.317	(9.378)	35.007.229
Impostos correntes e diferidos	6.961.633	310.090	2.073.202	-	29.043	-	9.373.968
Outros passivos	49.088.334	1.386.870	5.357.543	3.554	64.535	(4.273.070)	51.627.766
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	175.230.327	-	-	-	-	-	175.230.327
Participação de acionistas não controladores	3.530.343	38.782.201	48.014.700	12.563	2.892.892	(88.122.468)	5.110.231
Total em 30 de junho de 2026	1.967.325.097	175.560.163	529.158.359	51.859	3.124.787	(168.545.316)	2.506.674.949
Total em 31 de dezembro de 2025	1.870.355.271	165.656.282	507.740.651	49.198	3.278.326	(164.478.058)	2.382.601.670

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	DRE Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	130.048.784	5.393.586	4.717.584	24	188.454	(905.836)	139.442.596
Despesas da intermediação financeira	(88.151.534)	(2.658.098)	(1.121)	-	-	971.957	(89.838.796)
Resultado da intermediação financeira	41.897.250	2.735.488	4.716.463	24	188.454	66.121	49.603.800
Perdas esperadas de ativos financeiros	(20.691.231)	(617.761)	-	-	-	-	(21.308.992)
Resultado bruto da intermediação financeira	21.206.019	2.117.727	4.716.463	24	188.454	66.121	28.294.808
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	-	-	7.792.100	14.092	-	19.048	7.825.240
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	19.073.835	636.058	1.076.048	-	70.685	(75.553)	20.781.073
Despesas de pessoal/administrativas	(22.370.477)	(698.119)	(2.688.735)	(12.758)	(113.786)	171.920	(25.711.955)
Despesas tributárias	(3.865.033)	(11.506)	(807.008)	-	(16.334)	-	(4.699.881)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(180.531)	-	420.580	-	-	-	240.049
IR/CS e Outras receitas/despesas	(8.967.752)	(617.547)	(4.803.751)	(2.772)	(75.912)	(181.536)	(14.649.270)
Lucro líquido acumulado em 30 de junho de 2026	4.896.061	1.426.613	5.705.697	(1.414)	53.107	-	12.080.064
Lucro líquido acumulado em 30 de junho de 2025	6.218.682	881.943	4.732.541	4.459	31.292	-	11.868.917

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas holdings que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;

(2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas brasileiras e estrangeiras do mesmo segmento;

(3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e

(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no País e exterior.

38) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativos								
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	15.508	15.086	-	-	15.508	15.086
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	9	11	5.401.731	4.515.700	244.577	185.425	5.646.317	4.701.136
Passivos								
Depósitos à vista e de poupança	828	261	8.339	13.997	17.255	16.305	26.422	30.563
Depósitos a prazo	9.940.574	5.144.469	372.032	473.959	382.413	384.200	10.695.019	6.002.628
Captações no mercado aberto	-	289.285	354.310	683.359	-	-	354.310	972.644
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	28.525.560	28.982.300	-	-	922.414	912.486	29.447.974	29.894.786
Juros sobre capital próprio a pagar	3.383.110	3.171.676	-	-	-	-	3.383.110	3.171.676
Outros passivos	-	-	13.357.968	13.786.032	2.426	1.991	13.360.394	13.788.023

	R\$ mil							
	Acumulado em 30 de junho							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Resultado								
Receitas de intermediação financeira	-	-	102.767	(135.129)	4	8	102.771	(135.121)
Despesas de intermediação financeira	(2.473.788)	(1.965.282)	(49.385)	(87.116)	(81.112)	(110.870)	(2.604.285)	(2.163.268)
Receita de prestação de serviços	63	80	247.195	209.312	188	191	247.446	209.583
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	102.197	98.601	(1.807.367)	(1.357.416)	(9.258)	(36.664)	(1.714.428)	(1.295.479)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 15; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2026, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.534.560 mil (2025 – R\$ 1.183.531 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 63.506 mil (2025 – R\$ 53.824 mil) para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A e/ou ações de emissão da BBD Participações S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2026	2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	728.805	569.998
Pós emprego - Plano de previdência	28.999	25.895
Total	757.804	595.893

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
• Ações ordinárias	0,32%	0,32%
• Ações preferenciais	1,05%	1,05%
• Total de ações (1)	0,69%	0,69%

(1) Em 30 de junho de 2026, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,30% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,69% do total de ações (em 31 de dezembro de 2025 – 2,10% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações).

39) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL**a) Gerenciamento de Riscos**

Para o primeiro semestre de 2026 o Bradesco manteve os critérios divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, em especial quanto aos critérios relacionados a mensuração de acordo com os níveis hierárquicos, análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3 e metodologias utilizadas para determinar os valores justos. No segundo trimestre de 2026, a metodologia da análise de sensibilidade foi alterada, conforme descrito no item (d) de Risco de Mercado.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontrados no Relatório de Gerenciamento de Riscos da Organização.

b) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores utilizados no Gerenciamento de Capital para avaliar a adequação do capital do Banco em relação às exposições aos riscos assumidos. As estratégias de capital têm como objetivo assegurar a manutenção de níveis de capital compatíveis com o perfil de risco, o planejamento estratégico e os requerimentos regulatórios vigentes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. No período analisado, o Bradesco atendeu integralmente os requerimentos mínimos de capitalização aplicáveis.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 30 de junho de 2026 (1)	Em 31 de dezembro de 2025
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	134.657.831	124.320.006
Nível I	153.331.777	145.844.118
Patrimônio de Referência - PR	185.665.639	174.968.754
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	1.193.428.980	1.108.961.848
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	11,3%	11,2%
Índice de Nível I	12,8%	13,2%
Índice de Basileia	15,5%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,0%	0,0%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico	1,0%	1,0%
ACP total (2)	3,5%	3,5%
Margem excedente de Capital Principal	3,3%	3,2%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	2.259.417.567	2.141.573.090
RA	6,8%	6,8%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	254.271.122	253.255.892
Total de saídas líquidas de caixa	170.337.696	160.033.728
LCR	149,3%	158,3%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.141.719.488	1.136.032.540
Recursos estáveis requeridos (RSF)	947.130.624	925.369.687
NSFR	120,5%	122,8%

(1) Não inclui a totalidade dos efeitos da transação da Bradsaúde S.A; e

(2) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

c) Risco de Crédito

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste

processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de

execução de garantias;

- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	15.372.519	-	15.351.748	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6) (1)	548.592.332	(3.532.209)	530.456.510	(3.519.114)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	119.235.510	(10.733)	109.975.242	(22.679)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	312.780.587	(4.774.823)	294.061.380	(3.598.822)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10)	255.213.538	-	235.485.054	-
Operações de crédito e de Arrendamento mercantil (Nota 12)	712.835.408	(45.666.736)	681.288.684	(45.915.731)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	162.362.431	(2.814.299)	161.901.541	(3.267.055)
Compromissos de valores de crédito a liberar - <i>off-balance</i> (Nota 12)	363.924.389	(1.594.914)	358.376.828	(1.775.512)
Beneficiários e garantias prestadas - <i>off-balance</i> (Nota 12)	130.326.580	(1.351.441)	125.119.738	(1.280.608)
Total da exposição	2.620.643.294	(59.745.155)	2.512.016.725	(59.379.521)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Concentração das operações de crédito

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Por concentração		
Maior devedor	4.273.512	4.013.413
Dez maiores devedores	25.434.563	27.452.911
Vinte maiores devedores	39.433.762	42.537.914
Cinquenta maiores devedores	66.395.281	69.173.022
Cem maiores devedores	91.249.679	91.346.520

Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026	%	Em 31 de dezembro de 2025	%
Setor público	10.805.844	1,3	9.695.176	1,2
Setor privado	809.957.068	98,7	781.972.038	98,8
Total	820.762.912	100,0	791.667.214	100,0
Pessoa jurídica	366.037.569	44,6	350.644.851	44,3
Atividades imobiliárias e construção	26.064.597	3,2	25.188.642	3,2
Varejo	38.501.648	4,7	41.304.495	5,2
Serviços	124.199.889	15,1	115.073.789	14,5
Transportes e concessão	29.107.446	3,5	28.635.592	3,6
Automobilística	7.607.635	0,9	7.228.928	0,9
Alimentícia	16.545.228	2,0	15.258.682	1,9
Atacado	22.892.544	2,8	20.564.676	2,6
Energia elétrica	7.618.263	0,9	10.541.406	1,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.462.941	0,7	5.568.769	0,7
Demais setores	88.037.378	10,7	81.279.872	10,3
Pessoa física	454.725.343	55,4	441.022.363	55,7

d) Risco de Mercado**VaR Modelo Interno – Carteira Trading**

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Prefixado	5.613	8.265
IGP-M / IPCA	12.134	6.902
Cupom cambial	273	67
Moeda estrangeira	2.483	4.031
Renda variável	1.950	1.940
Soberanos/eurobonds e treasuries	2.727	7.055
Outros	6.041	1.378
Efeito correlação/diversificação	(10.118)	(14.825)
VaR (Value at Risk)	21.103	14.814

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

A metodologia de sensibilidade foi aperfeiçoada a partir de junho 2026 para considerar movimentos de alta e de baixa nos fatores de risco, com reporte do impacto de maior perda observada. Anteriormente, os testes consideravam apenas movimentos em uma única direção para cada fator de risco.

Cenário 1: Aplicação de choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Aplicação de choques de 25%, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Aplicação de choques de 50%, tanto de crescimento quando de queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> (1)					
		Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(276)	(89.071)	(172.927)	(318)	(102.871)	(195.792)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(394)	(113.125)	(237.039)	(294)	(54.032)	(102.722)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(26)	(3.521)	(6.973)	(2)	(347)	(688)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(948)	(23.705)	(47.409)	(2.184)	(54.595)	(109.190)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(88)	(2.204)	(4.408)	476	11.888	23.776
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(133)	(12.113)	(24.754)	83	6.687	13.058
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(48)	(1.211)	(2.422)	(13)	(320)	(640)
Total sem correlação dos fatores de risco		(1.914)	(244.950)	(495.932)	(2.252)	(193.590)	(372.198)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 340 bps e 660 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 651 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14.497)	(4.928.377)	(9.572.007)	(10.533)	(3.584.634)	(7.069.069)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(16.922)	(2.818.081)	(4.981.888)	(17.802)	(2.747.631)	(4.869.645)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2.225)	(301.121)	(582.096)	(1.899)	(231.410)	(447.013)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(3.399)	(84.964)	(169.929)	(4.244)	(106.104)	(212.207)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(43.144)	(1.078.604)	(2.157.209)	(35.194)	(879.844)	(1.759.689)
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.917)	(181.994)	(347.158)	2.442	239.377	465.818
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(45)	(1.114)	(2.229)	935	23.368	46.735
Total sem correlação dos fatores de risco		(82.149)	(9.394.256)	(17.812.514)	(66.296)	(7.286.879)	(13.845.070)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 343 bps e 670 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2026 (Dez/2025 - os valores foram de aproximadamente 335 bps e 653 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

e) Risco de Seguros/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia e suas controladas no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia e suas controladas. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e o Grupo deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da inicialmente prevista.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos

que prevejam o benefício de resgate. Por outro lado, taxas de persistências elevadas para produtos deficitários podem elevar as perdas futuras desses produtos;

- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados aos títulos de capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica.

O risco associado ao título de capitalização é representado pelo risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas.

Principais riscos associados aos planos de assistência à saúde e assistência odontológica

Os riscos de subscrição associados aos planos de assistência à saúde e assistência odontológica estão presentes apenas nos contratos técnicos (pré-pagamento) e incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para os planos de assistência à saúde individual, onde algumas das suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência e o risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado.

Os riscos dos contratos administrados (pós pagamento) estão mais associados ao risco de crédito, pelo risco de o estipulante não repassar os valores devidos à Companhia, todavia, o risco de seguros/sinistralidade dos contratos administrados (pós pagamento) fica com o estipulante.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência, assistência à saúde e assistência odontológica e capitalização

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência Técnica. As Superintendências Técnicas desenvolveram mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Para os seguros de vida e previdência, assistência à saúde e assistência odontológica o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Especificamente, para os produtos de capitalização, o risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas e o risco de persistência, por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

Concentração de riscos

A Companhia e suas controladas atuam em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro e contribuições de previdência.

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio Emitido Líquido de Resseguro – R\$ mil							
	Em 30 de junho de 2026							
	Auto	Ramos Elementares	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Saúde* / Odontológico	Total
Centro Oeste	480.918	88.930	11.865	12.945	1.110.654	333.047	1.581.592	3.619.951
Nordeste	537.633	94.077	37.524	20.616	2.302.857	711.624	2.708.609	6.412.940
Norte	102.799	36.923	8.950	6.377	575.608	261.181	690.323	1.682.162
Sudeste	1.505.200	1.084.757	858.822	162.917	9.347.447	4.841.290	16.294.981	34.095.415
Sul	839.541	222.778	33.459	25.914	1.691.787	800.104	1.163.995	4.777.578
Total (*)	3.466.091	1.527.464	950.620	228.770	15.028.353	6.947.247	22.439.500	50.588.045

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio Emitido Líquido de Resseguro – R\$ mil							
	Em 30 de junho de 2025							
	Auto	Ramos Elementares	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Saúde* / Odontológico	Total
Centro Oeste	446.458	98.208	9.597	15.505	1.046.818	328.937	1.398.094	3.343.617
Nordeste	524.350	106.118	28.064	23.478	2.209.992	656.928	2.478.114	6.027.044
Norte	96.083	55.843	7.249	6.985	633.339	235.981	624.663	1.660.144
Sudeste	1.468.621	1.060.052	781.504	166.036	12.311.196	4.466.069	14.602.734	34.856.212
Sul	826.524	201.573	34.473	32.317	2.266.711	782.017	1.071.265	5.214.879
Total (*)	3.362.035	1.521.794	860.886	244.321	18.468.057	6.469.932	20.174.870	51.101.895

(*) Não inclui o montante de R\$ 145.296 mil referente aos prêmios emitidos líquidos da Mediservice e da Bradesco Saúde Operadora de Planos, pois as Controladas atuam apenas com planos na modalidade administrada (pós pagamento). O prêmio da modalidade de pós pagamento das empresas reguladas pela ANS deixou de ser contabilizado como prêmio, e passou a ser contabilizado como uma conta redutora de sinistros, seguindo as orientações da RN nº 528/2022.

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar impactos, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às operações da Companhia que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco;
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade; e
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o impacto no patrimônio líquido e resultado da Companhia para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Percentuais de alterações nas premissas	Em 30 de junho de 2026 - R\$ mil			
	Impacto no patrimônio líquido		Impacto no resultado	
	Taxa de juros*		Longevidade	Conversão em renda
	Variação de - 0,01% (PCC)	Variação de - 0,01% (PDR/PDC)	Variação de 0,20%	Variação de + 5 pontos percentuais
Planos Tradicionais (fases de contribuição)	-	(5)	(17)	(508)
PGBL/VGBL (Fase de contribuição)	-	(23)	(132)	(8.292)
Todos os planos (fases de concessão)	(5.249)	(31)	(68.162)	-
Vida Individual	-	(1)	-	-
Total	(5.249)	(59)	(68.311)	(8.800)

Percentuais de alterações nas premissas	Em 30 de junho de 2025 - R\$ mil			
	Impacto no patrimônio líquido		Impacto no resultado	
	Taxa de juros*		Longevidade	Conversão em renda
	Variação de - 0,01% (PCC)	Variação de - 0,01% (PDR/PDC)	Variação de 0,20%	Variação de + 5 pontos percentuais
Planos Tradicionais (fases de contribuição)	-	(10)	(30)	(1.065)
PGBL/VGBL (Fase de contribuição)	-	(30)	(160)	(10.197)
Todos os planos (fases de concessão)	(5.636)	(25)	(69.825)	-
Vida Individual	-	-	-	-
Total	(5.636)	(65)	(70.015)	(11.263)

* Como fator de choque elegeu-se o DV1 (*Dollar Value of 1 basis point*), por ser uma métrica amplamente utilizada no mercado financeiro para mensurar risco de taxa de juros com o objetivo de facilitar comparações entre diferentes instrumentos, uma vez que traduz a sensibilidade para uma unidade monetária.

O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia para os seguros de danos, de vida com cobertura de sobrevivência, previdência, vida individual e saúde considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Sensibilidade - Variação de 1%	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Não Vida	(30.057)	(29.194)	(29.839)	(29.051)
Vida	(20.975)	(18.988)	(20.743)	(18.893)
Saúde	(134.637)	(121.049)	(134.637)	(121.049)

O efeito da referida sensibilidade é linear. Considerando a sinistralidade apurada no período de abril de 2025 a março de 2026, observou-se variações inferiores e superiores em Não Vida, respectivamente, de -3 e 2 pontos percentuais, inferiores e superiores em Vida, respectivamente, de -1 e 1 pontos percentuais, e inferiores e superiores em Saúde, respectivamente, de -3 e 0. Cabe destacar que tais variações são monitoradas de forma contínua.

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

f) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo**I - Balanço patrimonial por moedas**

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026			Em 31 de dezembro de 2025
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)	Estrangeira (1) (2)
Ativo				
Disponibilidades	15.372.519	9.066.282	6.306.237	5.755.123
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	579.651.744	563.023.007	16.628.737	15.473.743
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	543.034.953	528.113.034	14.921.919	13.249.915
- Instrumentos financeiros derivativos	36.616.791	34.909.973	1.706.818	2.223.828
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	112.713.740	100.266.962	12.446.778	14.667.645
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	112.713.740	100.266.962	12.446.778	14.667.645
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.511.280.575	1.415.555.301	95.725.274	87.882.363
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	308.005.764	286.535.367	21.470.397	12.722.960
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	255.213.538	254.014.957	1.198.581	2.807.715
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	121.344.469	121.298.484	45.985	44.014
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	659.083.141	586.815.171	72.267.970	71.901.769
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.085.531	8.085.531	-	-
- Outros ativos financeiros	159.548.132	158.805.791	742.341	405.905
Ativos não financeiros mantidos para venda	2.527.565	2.489.383	38.182	39.431
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	14.719.915	14.719.915	-	-
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.547.051	8.434.616	112.435	130.891
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	21.661.809	21.475.859	185.950	173.993
Impostos a compensar	29.795.477	29.306.890	488.587	371.730
Crédito tributário	112.739.647	112.702.825	36.822	31.306
Outros ativos	22.599.407	20.977.507	1.621.900	1.757.638
Total do Ativo	2.431.609.449	2.298.018.547	133.590.902	126.283.863
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.656.185.562	1.508.817.639	147.367.923	139.219.428
- Recursos de instituições financeiras	434.454.710	371.441.599	63.013.111	55.231.530
- Recursos de clientes	746.926.753	678.358.440	68.568.313	72.554.578
- Recursos de emissão de títulos	334.633.911	318.851.797	15.782.114	11.417.683
- Dívidas subordinadas	55.017.974	55.017.974	-	-
- Outros passivos financeiros	85.152.214	85.147.829	4.385	15.637
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	33.659.437	30.499.821	3.159.616	3.947.843
Provisão para perda esperada	2.946.355	2.943.005	3.350	6.199
- Compromissos de empréstimos	1.594.914	1.591.865	3.049	5.915
- Garantias Financeiras	1.351.441	1.351.140	301	284
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	467.328.481	467.305.421	23.060	21.363
Outras provisões	33.974.909	33.839.050	135.859	147.518
Impostos correntes	1.844.070	1.611.538	232.532	120.493
Impostos diferidos	7.206.270	7.125.259	81.011	84.285
Outros passivos	51.516.822	49.857.789	1.659.033	1.908.726
Total do passivo	2.254.661.906	2.101.999.522	152.662.384	145.455.855
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	175.230.327	175.230.327	-	-
Participação de acionistas não controladores	1.717.216	1.717.216	-	-
Total do Patrimônio Líquido	176.947.543	176.947.543	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.431.609.449	2.278.947.065	152.662.384	145.455.855
Posição líquida de ativos e passivos			(19.071.482)	(19.171.992)
Derivativos - posição líquida (2)			14.947.173	13.836.792
Outras contas de compensação líquidas (3)			70.650	(224.924)
Posição cambial líquida (passiva) (4) (5)	-	-	(4.053.659)	(5.560.124)

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação;

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram em 30 de junho de 2026, R\$ (2.011.369) mil (2025 - R\$ (4.322.157) mil) e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 544.939 mil (em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 806.407 mil); e

(5) No período a variação cambial dos instrumentos financeiros reconhecida no resultado foi de R\$ (616.968) mil (2025 - R\$ (823.668) mil).

II - Balanço patrimonial por prazo

	R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo							
Disponibilidades	15.372.519	-	-	-	-	15.372.519	15.351.748
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	566.572.229	1.719.409	755.909	10.604.197	-	579.651.744	547.913.136
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros (1) (2)	543.034.953	-	-	-	-	543.034.953	526.937.396
- Instrumentos financeiros derivativos	23.537.276	1.719.409	755.909	10.604.197	-	36.616.791	20.975.740
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.462.813	6.195.875	6.946.707	93.878.861	4.229.484	112.713.740	109.952.563
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1) (2)	1.462.813	6.195.875	6.946.707	93.878.861	4.229.484	112.713.740	109.952.563
Ativos financeiros ao custo amortizado	540.984.797	195.468.606	153.676.769	621.150.403	-	1.511.280.575	1.441.634.500
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (1)	6.458.835	17.996.148	36.071.692	247.479.089	-	308.005.764	290.462.558
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	206.645.232	41.486.385	4.272.351	2.809.570	-	255.213.538	235.485.054
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	121.344.469	-	-	-	-	121.344.469	121.679.449
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	134.681.285	101.907.511	89.350.019	333.144.326	-	659.083.141	627.852.869
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2.237	97.644	239.071	7.746.579	-	8.085.531	7.520.084
- Outros ativos financeiros	71.852.739	33.980.918	23.743.636	29.970.839	-	159.548.132	158.634.486
Ativos não financeiros mantidos para venda	2.527.565	-	-	-	-	2.527.565	1.612.862
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	-	-	14.719.915	14.719.915	13.348.433
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	89.405	447.024	536.429	6.769.159	705.034	8.547.051	8.626.609
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	565.711	2.673.442	2.346.402	15.823.796	252.458	21.661.809	20.668.922
Impostos a compensar	2.745.595	272.247	307.970	26.469.665	-	29.795.477	12.779.690
Crédito tributário	-	-	-	112.739.647	-	112.739.647	118.702.047
Outros Ativos	12.138.084	6.205.766	320.142	3.935.415	-	22.599.407	16.137.253
Total em 30 de junho de 2026	1.142.458.718	212.982.369	164.890.328	891.371.143	19.906.891	2.431.609.449	
Total em 31 de dezembro de 2025	1.110.587.289	228.058.583	155.781.066	792.280.330	20.020.495		2.306.727.763
Passivo							
Passivos financeiros ao custo amortizado	547.784.264	192.433.884	174.380.690	722.912.778	18.673.946	1.656.185.562	1.585.281.245
- Recursos de Instituições Financeiras (1) (3)	289.026.259	50.105.019	19.782.488	75.540.944	-	434.454.710	427.099.494
- Recursos de Clientes (3)	204.597.628	68.753.461	93.919.870	379.655.794	-	746.926.753	721.274.151

Demonstrações Financeiras Consolidadas | Notas Explicativas

- Recursos de Emissão de Títulos	7.703.630	43.359.547	52.961.745	230.608.989	-	334.633.911	306.260.682
- Dívidas Subordinadas	280.694	1.484.292	270.173	34.308.869	18.673.946	55.017.974	54.714.526
- Outros Passivos Financeiros	46.176.053	28.731.565	7.446.414	2.798.182	-	85.152.214	75.932.392
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	24.983.255	1.731.404	898.585	6.046.193	-	33.659.437	18.562.103
Provisão para perda esperada	627.581	655.903	509.236	1.153.635	-	2.946.355	3.056.120
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	496.843	644.949	452.564	558	-	1.594.914	1.775.512
- Garantias Financeiras	130.738	10.954	56.672	1.153.077	-	1.351.441	1.280.608
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	16.582.573	37.641.071	26.987.308	386.117.529	-	467.328.481	445.994.253
Outras provisões	18.105.721	938.882	615.113	14.315.193	-	33.974.909	35.460.514
Impostos correntes	1.615.638	132.389	96.043	-	-	1.844.070	2.003.486
Impostos diferidos	-	-	-	7.206.270	-	7.206.270	5.450.471
Outros passivos	51.190.942	104.539	32.721	188.620	-	51.516.822	37.884.970
Patrimônio líquido							
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	-	-	-	-	175.230.327	175.230.327	172.239.039
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	1.717.216	1.717.216	795.562
Total Patrimônio líquido	-	-	-	-	176.947.543	176.947.543	173.034.601
Total em 30 de junho de 2026	660.889.974	233.638.072	203.519.696	1.137.940.218	195.621.489	2.431.609.449	
Total em 31 de dezembro de 2025	668.671.429	202.449.367	187.242.200	1.053.806.057	194.558.710		2.306.727.763

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista e de poupança, estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

g) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026		Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	255.213.538	255.250.877	235.485.054	235.513.370
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	121.344.469	121.344.469	121.679.449	121.679.449
Títulos e valores mobiliários:				
Ao valor justo por meio do resultado (1)	543.034.953	543.034.953	526.937.396	526.937.396
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	112.713.740	112.713.740	109.952.563	109.952.563
Ao custo amortizado (1)	308.005.764	291.912.187	290.462.558	280.210.667
Instrumentos financeiros derivativos	36.616.791	36.616.791	20.975.740	20.975.740
Operações de crédito e arrendamento mercantil	667.168.672	649.091.545	635.372.953	617.337.432
Outros ativos financeiros	159.548.132	159.548.132	158.634.486	158.634.486
Passivos				
Recursos de instituições financeiras	434.454.710	434.814.665	427.099.494	427.535.327
Recursos de clientes	746.926.753	744.491.911	721.274.151	718.421.538
Recursos de emissão de títulos	334.633.911	332.764.786	306.260.682	306.537.715
Dívidas subordinadas	55.017.974	56.212.611	54.714.526	56.371.225
Instrumentos financeiros derivativos	33.659.437	33.659.437	18.562.103	18.562.103
Outros passivos financeiros	85.152.214	85.152.214	75.932.392	75.932.392

(1) Inclui títulos com características de concessão de crédito.

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	477.783.110	62.176.786	3.075.057	543.034.953
Letras financeiras do tesouro	259.388.528	-	-	259.388.528
Letras do tesouro nacional	62.135.543	-	-	62.135.543
Notas do tesouro nacional	73.819.789	-	-	73.819.789
Letras financeiras	-	41.479.608	-	41.479.608
Debêntures	32.964.798	4.950.421	15.742	37.930.961
Ações	20.564.153	5.970.099	1.126.151	27.660.403
Outros	28.910.299	9.776.658	1.933.164	40.620.121
Derivativos	(319.407)	3.986.490	(709.729)	2.957.354
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	23.572.115	12.484.721	559.955	36.616.791
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(23.891.522)	(8.498.231)	(1.269.684)	(33.659.437)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	110.498.483	2.210.489	4.768	112.713.740
Notas do tesouro nacional	49.395.543	-	-	49.395.543
Letras do tesouro nacional	26.602.912	-	-	26.602.912
Letras financeiras do tesouro	12.923.182	-	-	12.923.182
Títulos de governos estrangeiros	3.247.595	-	-	3.247.595
Ações	4.228.996	-	488	4.229.484
Outros	14.100.255	2.210.489	4.280	16.315.024
Total	587.962.186	68.373.765	2.370.096	658.706.047
Públicos	494.703.405	17.629	4.280	494.725.314
Privados	93.258.781	68.356.136	2.365.816	163.980.733

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	462.534.100	60.865.736	3.537.560	526.937.396
Letras financeiras do tesouro	261.528.047	-	-	261.528.047
Letras do tesouro nacional	61.582.124	-	-	61.582.124
Notas do tesouro nacional	71.921.718	-	-	71.921.718
Letras financeiras	-	42.434.666	-	42.434.666
Debêntures	28.607.553	4.746.501	44.747	33.398.801
Ações	17.515.905	4.143.553	1.876.636	23.536.094
Outros	21.378.753	9.541.016	1.616.177	32.535.946
Derivativos	(333.439)	3.521.624	(774.548)	2.413.637
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	9.266.883	11.435.197	273.660	20.975.740
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(9.600.322)	(7.913.573)	(1.048.208)	(18.562.103)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	106.020.325	3.051.953	880.285	109.952.563
Notas do tesouro nacional	39.211.359	-	-	39.211.359
Letras do tesouro nacional	23.738.481	-	-	23.738.481
Letras financeiras do tesouro	17.665.354	-	-	17.665.354
Títulos de governos estrangeiros	8.177.931	-	-	8.177.931
Ações	4.846.400	-	873.493	5.719.893
Outros	12.380.800	3.051.953	6.792	15.439.545
Total	568.220.986	67.439.313	3.643.297	639.303.596
Públicos	488.945.557	-	6.792	488.952.349
Privados	79.275.429	67.439.313	3.636.505	150.351.247

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.537.560	880.285	273.660	(1.048.208)	3.643.297
Incluídos no resultado	(21.912)	752	-	-	(21.160)
Incluídos em outros resultados abrangentes	-	(200)	-	-	(200)
Aquisições	173.597	-	286.295	(221.476)	238.416
Liquidações	(92.811)	(3.064)	-	-	(95.875)
Vencimentos	(64.416)	-	-	-	(64.416)
Transferência entre níveis (1)	(456.961)	(873.005)	-	-	(1.329.966)
Saldo em 30 de junho de 2026	3.075.057	4.768	559.955	(1.269.684)	2.370.096

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.541.201	1.977.060	137.552	(557.559)	3.098.254
Incluído no resultado	531.294	(2.850)	-	-	528.444
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(61.667)	-	-	(61.667)
Aquisições	123.219	-	-	-	123.219
Liquidações	(38.258)	(1.500)	(27.593)	35.646	(31.705)
Vencimentos	-	(3.943)	-	-	(3.943)
Transferência entre níveis (1)	4.535	-	-	-	4.535
Saldo em 30 de junho de 2025	2.161.991	1.907.100	109.959	(521.913)	3.657.137

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2026					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(626)	(188.205)	(323.450)	-	(22)	(43)
Índices de preços	-	(83)	(159)	-	-	-
Cupom cambial	(3.435)	(13.614)	(26.245)	-	-	-
Moeda estrangeira	(3.435)	(85.887)	(171.774)	-	-	-
Renda variável	(6.194)	(154.846)	(309.692)	(3)	(67)	(134)

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(28)	(9.841)	(19.247)	-	(77)	(151)
Cupom cambial	(54)	(6.508)	(12.485)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.469	36.729	73.459	-	-	-
Renda variável	10.321	258.037	516.075	4.804	120.105	240.211

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	255.250.877	-	255.250.877	255.213.538
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	164.949.774	120.426.513	6.535.900	291.912.187	308.005.764
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	649.091.545	649.091.545	667.168.672
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	434.814.665	434.814.665	434.454.710
Recursos de clientes	-	-	744.491.911	744.491.911	746.926.753
Recursos de emissão de títulos	-	-	332.764.786	332.764.786	334.633.911
Dívidas subordinadas	-	-	56.212.611	56.212.611	55.017.974

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	235.513.370	-	235.513.370	235.485.054
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	170.286.961	104.670.553	5.253.153	280.210.667	290.462.558
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	617.337.432	617.337.432	635.372.953
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	427.535.327	427.535.327	427.099.494
Recursos de clientes	-	-	718.421.538	718.421.538	721.274.151
Recursos de emissão de títulos	-	-	306.537.715	306.537.715	306.260.682
Dívidas subordinadas	-	-	56.371.225	56.371.225	54.714.526

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

40) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Em 30 de junho de 2026 o resultado contábil acumulado foi de R\$ 12.080.064 mil. Não houve resultado não recorrente. Em 30 de junho de 2025 o resultado contábil acumulado foi de R\$ 11.868.917 mil, o resultado recorrente de R\$ 11.930.479 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (61.562) mil líquido de impostos, referente a Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2026 atingiram R\$ 1.514.646.631 mil (em 31 de dezembro de 2025 – R\$ 1.409.467.167 mil).

c) Benefícios a empregados

O Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores benefícios, dentre os quais: previdência privada, seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizaram, no 1º semestre de 2026, R\$ 2.658.274 mil (2025 – R\$ 2.756.877 mil).

d) Recolhimento Compulsório

Em 2026, houve alterações nas regras de recolhimento compulsório conforme quadro a seguir:

Descrição	Norma Atual
	Resolução BCB nº 551/26
Recursos à vista	A Resolução BCB nº 551/26, de caráter complementar à Resolução BCB nº 189, estabelece um mecanismo temporário de dedução da exigibilidade do recolhimento compulsório sobre recursos à vista e a prazo, em decorrência da antecipação obrigatória de 60 parcelas em março de 2026 e de 12 parcelas em março de 2027 e março de 2028 das contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A norma permite que as instituições financeiras abatam do compulsório os valores antecipados, observados os limites da exigibilidade. A dedução é limitada ao valor da antecipação e deve ser recomposta de forma gradual ao longo do tempo.

- e)** Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.
- f)** Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, resultante da conversão do PLP nº 68/24, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/24, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

Adicionalmente, ao longo de 2026, foram editados atos normativos complementares, incluindo o Decreto nº 12.955/26 e a Resolução CGIBS nº 06/26, que regulamentam aspectos operacionais da CBS e do IBS, respectivamente, abrangendo temas relacionados à incidência, base de cálculo, créditos, arrecadação, obrigações acessórias e regimes aplicáveis a determinadas operações e serviços, incluindo atividades do setor financeiro

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

- g)** Em 27 de fevereiro de 2026, celebramos um acordo vinculante para uma reorganização societária, entre empresas controladas que consolidará todo o segmento de negócios de saúde da Organização Bradesco sob uma única entidade de capital aberto, a Odontoprev S.A. ("Odontoprev"). Nos termos do acordo, o Bradesco se tornará o acionista controlador direto da Odontoprev, com 91,35% de participação, e a Odontoprev será renomeada para "Bradsaúde S.A.", atuando como a companhia holding para todas as nossas operações de saúde. A transação envolve uma cisão parcial da Bradseg Participações S.A. e a incorporação de ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev. A reorganização visa simplificar nossa estrutura societária e integrar nossos negócios de saúde para capturar sinergias operacionais e comerciais. Os termos da operação foram negociados por um comitê independente da Odontoprev e foram suportados por um parecer (*fairness opinion*) emitido pelo Citigroup Global Markets Inc.

Em 06 de março de 2026, em continuidade ao acordo celebrado em 27 de fevereiro de 2026, comunicamos aos acionistas e ao mercado em geral os seguintes desdobramentos da Operação: (i) divulgação das informações decorrentes do laudo de avaliação (datado de 5 de março de 2026) das ações da BGS, a valor de mercado, para fins de determinação do valor do aumento de capital da Odontoprev decorrente da Incorporação de Ações, nos termos dos artigos 8º e 252 da Lei nº 6.404/1976; e, como consequência da finalização de tais providências; e (ii) convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Odontoprev ("AGE Odontoprev"), para em síntese deliberar sobre: (a) a aprovação da Incorporação de Ações (conforme definido no Fato Relevante Operação) da BGS pela Odontoprev, incluindo o Protocolo e Justificação da Incorporação (conforme definido no Fato Relevante Operação) aditado pelo Primeiro Aditamento, e os respectivos laudos de avaliação; (b) o consequente aumento de capital da Odontoprev; (c) a reforma do estatuto social da Odontoprev, inclusive com a alteração de sua denominação social para "Bradsaúde S.A."; e (d) a Contribuição de Ativos (conforme definido no Fato Relevante Operação) para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.; tudo conforme descrito no Fato Relevante da Operação.

Em 6 de abril de 2026, foi aprovada a reorganização societária destinada à consolidação dos negócios de saúde da Organização Bradesco na Odontoprev S.A., compreendendo

- (i) a incorporação das ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev S.A. e
- (ii) a contribuição de ativos e passivos operacionais da Odontoprev S.A. à Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

As referidas operações foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias realizadas em abril de 2026, tendo todas as condições suspensivas previstas nos respectivos protocolos sido verificadas, incluindo as autorizações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), concedidas em 30 de março de 2026 para a incorporação de ações e em 2 de abril de 2026 para a contribuição de ativos.

Em 30 de abril de 2026, foi homologada e concluída a incorporação das ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. (BGS) pela Bradsaúde S.A. (nova denominação da Odontoprev S.A.), passando a BGS a ser subsidiária integral da Bradsaúde. Em decorrência da operação, a participação do Banco Bradesco S.A. na Bradsaúde passou a representar 91,35% do capital social total e votante. Adicionalmente, foi aprovada a reorganização operacional mediante a transferência da carteira de planos odontológicos e demais ativos e passivos operacionais da Bradsaúde para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., em continuidade ao processo de consolidação dos negócios de saúde da Organização Bradesco.

Data-Base 16.7.2026

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior

Membros Independentes

Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina
Regina Helena Jorge Nunes
Paulo Rogério Caffarelli

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Executivos

Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luís Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello
Júlio César Bueno
Alexandre Panico
Carlos Henrique Villela Pedras

Diretores

Afranio Carlos Camargo Dantzger
Alessandro Zampieri
Alex de Brito Bonifácio
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Clayton Neves Xavier
Cristiano Adjuto e Campos
Cristiano Gomes de Moura
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luís Damasceno
Fábio Monteiro Chehab
Fabio Suzigan Dragone
Fernando Honorato Barbosa
Fernando Julião de Souza Amaral
Francisco Armando Aranda
Francisco Henrique França Fernandes
Henrique Leme Pinto Lima
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges

Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biolchini
Manoel Guedes de Araújo Neto
Marcelo Souza Ramos
Márcio Renato Ribeiro Silva
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nilton Pereira dos Santos Junior
Patrícia Kessler de Assumpção
Patrícia Soares Martil
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Régis Eduardo Prenhaca Carreira
Renato Camargo Nascimento Junior
Ricardo Barbieri de Andrade
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vinicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvany
Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

Rogério Pedro Câmara – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Antônio José da Barbara – Membro

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas – membro
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Paulo Rogério Caffarelli
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Vinicius Urias Favarão

Silvana Rosa Machado
Júlio César Bueno
Clayton Neves Xavier

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Paulo Roberto Simões da Cunha
Regina Helena Jorge Nunes

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Ivan Luiz Gontijo Júnior – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Denise Pauli Pavarina
Marcelo de Araújo Noronha
Bruno D'Ávila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho – Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinicius Panaro
Ney Ferraz Dias

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Ava Cohn

Membros Suplentes

Marcos Aparecido Galende
Joaquim Kiyoshi Kavakama
Vicente Carmo Santo

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll – Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vinicius Panaro
Contador – CRC ISP324844/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco” ou “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A., em 30 de junho de 2026, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4, 8c, 9i, 12d e 39c às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 59.745.155 mil de provisão para perdas esperadas (PE) associadas ao risco de crédito de ativos financeiros em 30 de junho de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 39c.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (*SICR – Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (*default*) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (*PD - Probability of Default*), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (*LGD – Loss Given Default*) e a exposição financeira no momento da inadimplência (*EAD – Exposure at Default*), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvermos profissionais com experiência e conhecimentos especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.
- Para uma amostra dos contratos financeiros, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.



Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 25 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 5.910.214 mil, R\$ 7.001.225 mil e R\$ 4.377.730 mil, e divulgações de passivos contingentes classificados como perdas possíveis no valor de R\$ 38.298.486 mil, R\$ 11.935.058 mil e R\$ 1.570.998 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2026.

Para as provisões de processos judiciais, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, outras ações cíveis específicas, ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos judiciais como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas adotadas pelo Banco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas à determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos judiciais. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis e trabalhistas com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Para demais processos, cíveis e trabalhistas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas para classificação da probabilidade de perda. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.



Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 e 36b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 112.739.647 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 30 de junho de 2026.

O Banco reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Banco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Banco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas-chave para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros;
- Revisamos as principais premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Banco de lucros tributáveis futuros para 30 de junho de 2026. Avaliamos a capacidade do Banco para projetar os lucros tributáveis por meio de comparação entre as premissas estimadas com as realizadas para o primeiro semestre de 2026; e
- Envolvermos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em tributos que nos auxiliaram na revisão da base de constituição dos créditos tributários e revisão das divulgações das demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.



Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 24a i às demonstrações financeiras consolidadas, o Bradesco registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$ 456.956.985 mil em 30 de junho de 2026.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada como um principal assunto de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração dessas provisões técnicas considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da aplicação dos modelos e metodologias atuariais sobre as premissas de cálculo, especificamente aquelas utilizadas para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros. Mudanças nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração dessas provisões técnicas. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração dessas provisões técnicas requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração das provisões técnicas e à realização do teste de adequação de passivos. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação de modelos atuariais e premissas relacionadas a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.
- Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
 - I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima, mediante a comparação com requerimentos regulatórios e com base em técnicas atuariais geralmente aceitas;
 - II. na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;
 - III. nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas do Banco, para comparar as estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados;
 - IV. na avaliação da aplicação dos modelos atuariais às premissas de longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros para comparar com os resultados de mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada; e



- V. na avaliação das premissas relacionadas à longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros ao comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis.
- Testamos com base em amostragem, a precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos das premissas atuariais, ao confrontar os dados que são relevantes para os cálculos com as documentações comprobatórias das respectivas transações.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração consolidada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais

O Bradesco elaborou demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2026 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 29 de julho de 2026.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Bradesco nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 29 de julho de 2026.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

**Aos Conselheiros de Administração da
ORGANIZAÇÃO BRADESCO****1. APRESENTAÇÃO****1.1. O ambiente macroeconômico e regulatório e as prioridades do COAUD no 1º Semestre de 2026**

No Relatório de Política Monetária – RPM¹ divulgado em 25 de junho de 2026, para o qual utilizou informações disponíveis até a 279ª reunião do Comitê de Política Monetária - Copom, realizada em 16 e 17.06.2026, o Banco Central do Brasil (Bacen) ressaltou que o **ambiente externo** permanece incerto, em decorrência da indefinição sobre o acordo para cessar os conflitos armados no Oriente Médio e dos efeitos já materializados, cenário que exige cautela em virtude do ambiente marcado pela elevação da volatilidade de preços de ativos e commodities, com reflexos nas condições financeiras globais.

Já no **cenário doméstico**, o Bacen destacou que a atividade econômica registrou aceleração, com o Produto Interno Bruto (PIB) avançando 1,1% no primeiro trimestre de 2026, após alta de 0,3% no trimestre anterior, com destaque nos setores mais sensíveis ao ciclo econômico e com o mercado de trabalho resiliente, com a taxa de desocupação apresentando mínima histórica e salários reais em expansão.

A preocupação do Bacen continua sendo a **inflação** medida pelo IPCA, que aumentou e ultrapassou o limite superior do intervalo de tolerância da meta, com a variação acumulada em doze meses se elevando de 3,81% em fevereiro de 2026 para 4,72% em maio de 2026, com todos os segmentos do IPCA apresentando variação elevada no trimestre, com destaque para alimentação e preços administrados. Adicionalmente, a inflação de serviços seguiu pressionada, os preços de bens industriais voltaram a subir mais fortemente e o conflito no Oriente Médio impactou o preço do petróleo e seus derivados e de commodities em geral. Em decorrência, as expectativas de inflação registraram elevação acentuada para 2026 (5,2% em dezembro de 2026), com ampliação da desancoragem para 2027 e 2028 e projeções dos índices de 3,7% em dezembro de 2027 e de 3,1% em dezembro de 2028.

Em tal contexto, a projeção de crescimento do PIB para 2026 foi revisada de 1,6% para 2,0%, principalmente pela melhora nas perspectivas para a agropecuária e a indústria extrativa e refletindo a expectativa de maior dinamismo da demanda interna e dos setores mais sensíveis ao ciclo econômico, em grande parte associada a estímulos de natureza fiscal e creditícia.

O **mercado de crédito** segue com sinais de arrefecimento – em particular no crédito com recursos livres, especialmente para empresas –, impactado pela política monetária contracionista caracterizada pela elevada taxa de juros básica (SELIC), com o saldo de operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional – SFN em desaceleração (não obstante o patamar elevado das concessões nos últimos meses do primeiro semestre de 2026), com a inadimplência, o endividamento e o comprometimento de renda das famílias elevados.

A **inadimplência** seguiu em patamar historicamente alto nos primeiros meses de 2026. No segmento de pessoas físicas, a taxa de inadimplência aumentou e atingiu 5,4% da carteira em abril de 2026 – 0,1 p.p. abaixo do pico histórico registrado em maio de 2012. Essa alta da inadimplência foi impulsionada majoritariamente pelo crédito livre, com destaque para

¹ Banco Central do Brasil, Relatório de Política Monetária, Volume 2, Número 2, Junho de 2026

financiamento de veículos, crédito pessoal não consignado e crédito consignado para trabalhadores do setor privado. A expectativa é que as medidas aprovadas pelo Governo Federal para promover a renegociação de dívidas de pessoas físicas reduzam a taxa de inadimplência nas linhas elegíveis nos próximos meses. Entre as operações com recursos direcionados, o aumento nos atrasos no crédito rural, apesar de ter a intensidade diminuída em relação a trimestres anteriores, atingiu o maior valor da série em fevereiro de 2026 (7,6%), oscilando ao redor desse patamar nos meses seguintes. No crédito às pessoas jurídicas, a taxa de inadimplência igualmente se elevou, tanto no crédito livre como no direcionado. Até mesmo a inadimplência na modalidade outros créditos direcionados, que inclui operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do PEAC-FGI subiu no semestre.

Os indicadores de endividamento (49,8% em março, 0,1 p.p. abaixo do recorde registrado em julho de 2022) e de comprometimento de renda (29,3%, após atingir o pico de 29,6% no mês de fevereiro de 2026) das famílias também seguem elevados. O Bacen destaca que desde o final de 2021 o endividamento das famílias permanece em nível elevado, em decorrência do processo de inclusão bancária, aliado a inovações tecnológicas e condições favoráveis no mercado de trabalho, que impulsionaram o acesso das famílias ao crédito naquele período, culminando por levar o endividamento a mudar de patamar, principalmente pelo aumento do número de tomadores de crédito. No entanto, alerta o Bacen, o incremento do custo do crédito ao longo do ciclo de alta da taxa Selic e a expansão da demanda por crédito emergencial, tipicamente mais caro, contribuíram para o recorde atual do comprometimento da renda.

No **âmbito regulatório**, o SFN continua diante de significativas demandas, particularmente oriundas do Bacen, que objetivam promover a concorrência, a inovação e a eficiência no sistema financeiro, as quais impactam diversas áreas da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas). Em particular, tecnologia da informação (gestão de crises tecnológicas e cibernéticas associadas a eventos adversos que possam originar crises operacionais), prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, relacionamento com clientes e usuários de serviços financeiros (educação financeira, *suitability* de produtos, fraudes e golpes, clientes potencialmente vulneráveis, expansão do *open finance*), gestão corporativa de riscos (integração dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança – ASG, ou ESG na sua expressão em inglês – e, particularmente, o Risco Climático), aprimoramento do PIX e regulação de ativos virtuais.

Diante do ambiente macroeconômico e regulatório em constante e significativa evolução, e considerando ainda o processo de transformação interno resultante do *Change*, o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco, nos âmbito das suas atribuições e responsabilidades, dedica atenção especial aos desafios resultantes, às prioridades estratégicas da Organização e aos riscos associados, acompanhando os avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos. O COAUD está focado primordialmente na integridade das Demonstrações Financeiras e controles internos a elas relacionados, na eficácia da Auditoria Interna Global (AIGL) e na qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG), priorizando a transparência na divulgação da posição econômico-financeira e nos resultados da Organização Bradesco, desenvolvendo seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a Auditoria Interna.

No Semestre findo em 30 de junho de 2026, o COAUD objetivou entender e avaliar os efeitos do ambiente macroeconômico e regulatório, do ciclo da política monetária e da taxa básica de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com atenção às políticas de concessão de crédito, inadimplência, constituição de provisões para perdas esperadas,

mensuração dos instrumentos financeiros, premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes significativos das Demonstrações Financeiras (como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes), divulgações contábeis relacionadas aos componentes significativos dessas Demonstrações Financeiras, e os efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controles internos.

Nesse processo, o Comitê se reuniu regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com interações frequentes com as áreas de gestão de riscos financeiros e não financeiros, e *compliance*, Auditoria Interna Global (acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD), e os comitês de auditoria da Bradseg Participações S.A. e da Bradsaúde S.A..

Também, ao longo do Semestre, o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela auditoria independente da Organização Bradesco acerca dos processos internos da KPMG voltados ao acompanhamento de sua independência e sobre o progresso do trabalho em relação ao planejamento de auditoria, com foco em eventuais riscos novos e emergentes identificados para o período, sistemas de controles internos e gestão de riscos, e nos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). A KPMG Auditores Independentes continua a desafiar a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente ao COAUD sobre julgamentos de questões materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria Estatutário na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O COAUD Bradesco é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, e 2 (dois) outros membros, sendo 1 (um) denominado Coordenador, e outro qualificado como especialista financeiro. Todos os membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na recomendação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a assecuração da independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O COAUD realiza reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresenta o resultado dos trabalhos de suas atividades.

A composição no período de 1º de janeiro de 2026 a 29 de julho de 2026 foi a seguinte:

Nome	Membro
Paulo Ricardo Satyro Bianchini (coordenador)	Até 02/2026
Rogério Pedro Câmara (coordenador)	Desde 03/2026
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Desde 03/2021
Antonio José da Barbara (membro)	Desde 04/2025

O senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria Estatutário

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
 - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
 - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados;
 - A conformidade (*compliance*) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos;
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela auditoria atuarial, bem como o relacionamento com eles;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna;
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

Mensalmente, o COAUD elabora Relatório com os principais assuntos tratados em reuniões e devidamente registrados em Atas com recomendações e acompanhamentos de adequação, melhorias de processos e controles, instrumento disponibilizado no Portal de Governança denominado “Atlas” para conhecimento dos Membros do Conselho de Administração. Adicionalmente mantém o Conselho de Administração regularmente informado acerca dos assuntos relevantes associados às suas atribuições, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

Fato relevante, é a aquisição em abril/2026 pela Organização Bradesco de 100% do controle acionário da entidade Tivio Capital DTVM S/A, passando o COAUD Bradesco a responder pelo cumprimento das atribuições e responsabilidades previstas na Resolução CMN 4910/21 relativamente à mencionada instituição financeira.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, efetividade do sistema de controles internos, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além da aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, da SUSEP, da ANS e preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco e suas Controladas.

2.4. Auditoria Interna Global (AIGL)

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna Global (AIGL) atua de forma independente e objetiva – livre de qualquer interferência quanto a questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório – na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da Organização. Uso de ferramentas de tecnologia avançada, como a AILA, a Inteligência Artificial da Auditoria

Interna, tem dado suporte aos trabalhos da área. De acordo com a regulamentação vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento Interno, do Plano de Trabalho e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna Global.

Relevante reiterar que a AIGL é Certificada pela entidade IIA Brasil, com a revisão metodológica, avaliação da governança e dos papéis de trabalho, e da observância aos atributos recomendados internacionalmente.

2.5. Gestão de Riscos e Controles Internos, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos

2.5.1. Gestão Integrada e Riscos Financeiros

A dependência de Gestão Integrada e Riscos Financeiros, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos financeiros (Mercado, ALM e Liquidez), através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco.

2.5.2. Gestão de Riscos Não Financeiros

A dependência de Gestão de Riscos Não Financeiros, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (*Compliance*), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética e condutas – corporativa, concorrencial e anticorrupção. Também responde, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.5.3. Risco de Crédito – Atacado e Varejo

Segregado em duas áreas, Atacado e Varejo, o Risco de Crédito é responsável pelo conjunto de práticas, estratégias e políticas adotadas para avaliar, monitorar e mitigar a possibilidade de riscos em operações de crédito, pelo não cumprimento da obrigação financeira.

2.5.4. Riscos Digitais

A área Riscos Digitais, tem a missão de atuar de modo independente, e estabelecer e supervisionar diretrizes para a gestão integrada de riscos digitais e correspondentes controles internos, orientada por frameworks globais e pela Legislação aplicável. Avalia e monitora os riscos cibernéticos, tecnológicos, de uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), privacidade e proteção de dados de terceiros e resiliência operacional frente a incidentes, crises e disrupções, garantindo a continuidade do negócio e a proteção dos clientes e *stakeholders*.

2.6. Ouvidorias

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações

de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O COAUD mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos Comitês de Auditoria da Bradseg e da Bradsaúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

2.7. Avaliação Independente de Modelos

Dependência responsável por avaliar, de modo independente, os modelos adotados nas diversas áreas do Banco Bradesco, como riscos, cálculo de capital, teste de estresse, mensuração, provisões, mediante o uso de ferramentas quantitativas voltadas para a certificação de tais modelos, de modo aprimorar a eficiência e a precisão, e reduzir custos no processo de tomada de decisões.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, destacamos que o Capítulo 4 – Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD, deste Relatório, apresenta em maiores detalhes os trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

Considerando o ambiente macroeconômico e regulatório e as prioridades para o Primeiro Semestre de 2026, destacados na introdução deste Relatório, bem como a estratégia da Organização Bradesco, o COAUD dedicou atenção à informações sobre (i) os efeitos diretos e indiretos nos resultados das operações; (ii) riscos e incertezas e o impacto nos julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis, em particular provisões cíveis, trabalhistas e fiscais, e mensuração de ativos financeiros; (iii) os efeitos no capital econômico e regulatório e o impacto na liquidez; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna Global, e demais Linhas de Defesa.

Em particular, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, principalmente quanto à adequação dos parâmetros utilizados para desenvolver e calibrar os modelos de provisionamento, tendo em conta os dados históricos e a experiência recente. Adicionalmente, outras áreas de julgamentos contábeis significativos que demandaram atenção incluíram a mensuração de instrumentos financeiros, a avaliação do valor recuperável de ativos, a análise dos passivos contingentes, os investimentos em empresas ligadas e as provisões constituídas no Grupo Bradesco Seguros.

A Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas utilizadas nos modelos adotados, considerando o ambiente macroeconômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

Relevante destacar ainda que o COAUD permanece acompanhando a implementação da Estratégia Corporativa no âmbito do Processo de Transformação denominado “Change”, divulgado em meados de fevereiro de 2024.

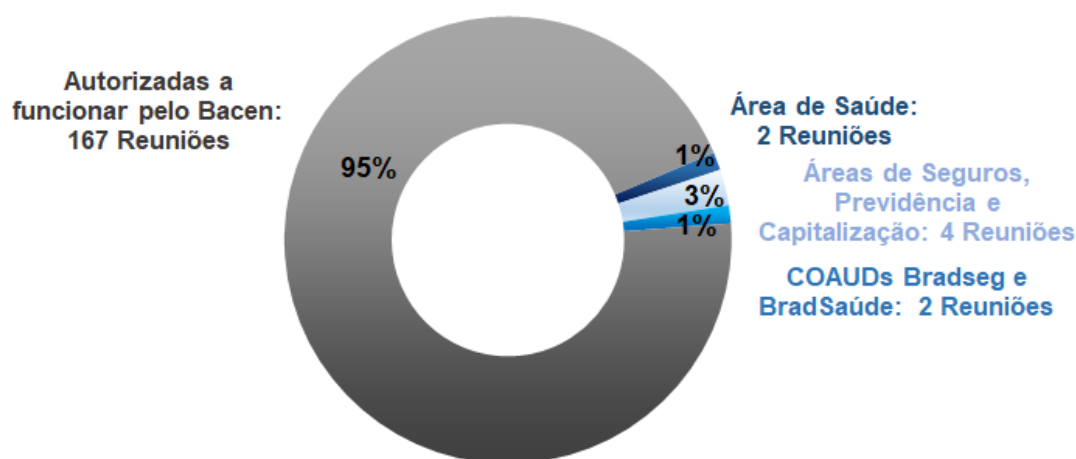
3.1. Reuniões e Capacitação

Com observância ao seu planejamento anual, o COAUD realizou reuniões (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos contábeis, financeiros, tributários e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª, 3ª e 4ª Linhas de Defesa, no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatórios Gerenciais de “Acompanhamento das Operações de Crédito e Inadimplência”, “Riscos de Mercado e de Liquidez e Limites”, Resultados dos Segmentos de Negócios, e da Comissão de Avaliação de Pendências Regulatórias e Auditoria Externa (CAPRAE).

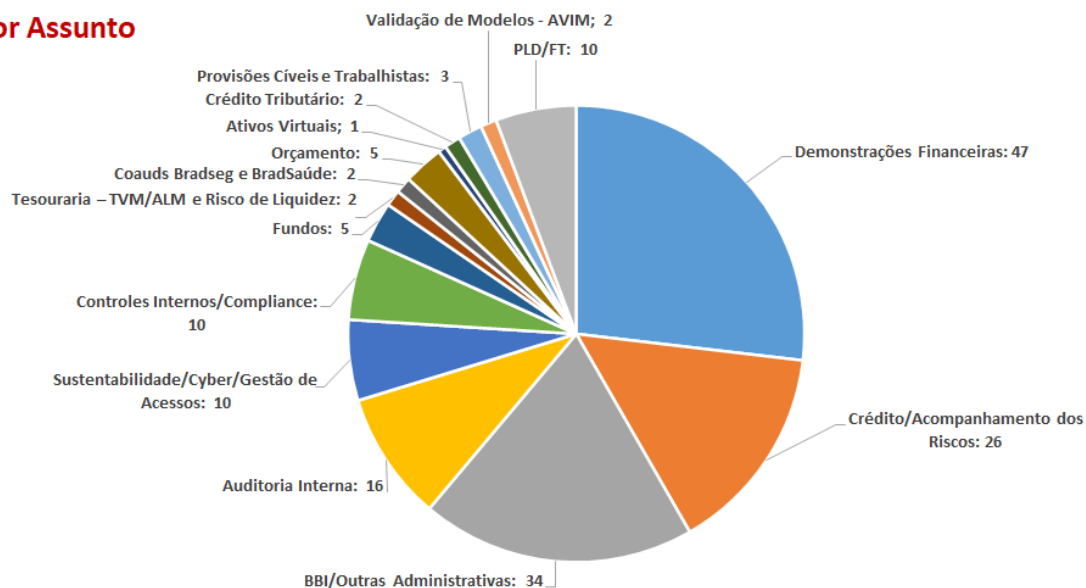
No 1º semestre de 2026 o COAUD participou de 175 reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, e de *Compliance*, bem como com a KPMG Auditores Independentes, a Auditoria Interna Global, e o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e prioritárias estabelecidas; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (*cloud*); Sustentabilidade e ESG, com foco em impactos das mudanças climáticas e dos requisitos regulatórios do Bacen, CVM, SUSEP, ANS e SEC; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa; conduta e tratamento de clientes potencialmente vulneráveis; educação financeira; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas:

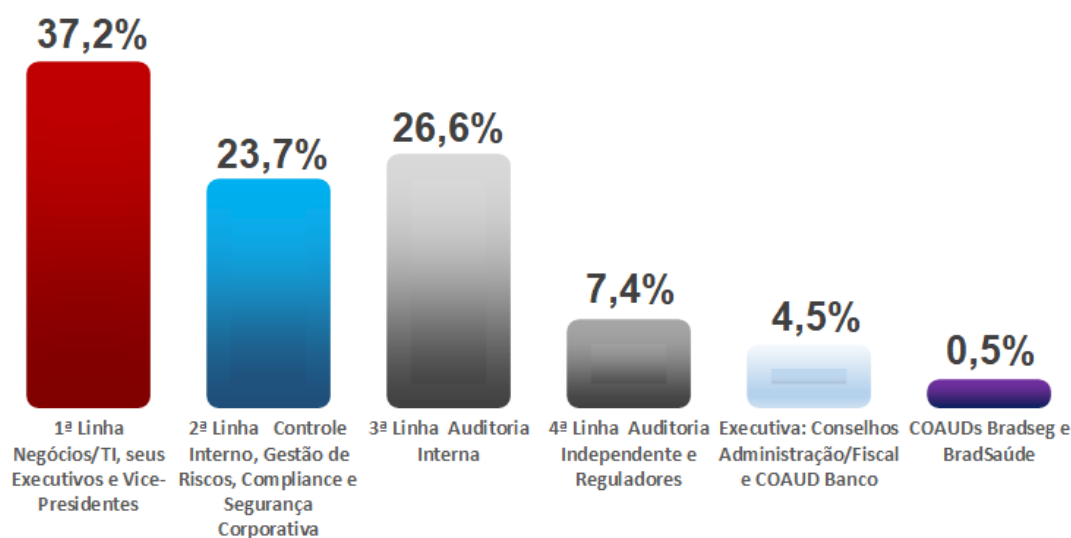
Por Instituições



Por Assunto



Por Linha de Defesa



No âmbito da educação continuada, o Comitê de Auditoria participou no decorrer de 2026 de atividades de capacitação:

- Congresso de Prevenção e Repressão a Fraudes, Segurança Cibernética e Bancária - Febraban SEC;
- 16ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente; e
- 96ª Mesa de Debates do ACI *Institute* – KPMG.

3.2. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão de Demonstrações Financeiras pelo COAUD no 1º semestre de 2026 incluiu o Relatório Trimestral (ITR) para a data-base de 31/03/2026 e o Relatório Semestral para a data-base de 30/06/2026. É de responsabilidade da Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – da Organização Bradesco completas e exatas,

apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, extensivas à SUSEP e ANS, e com as IFRS, emitidas pelo IASB, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis, de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a consecução das metas orçamentárias, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletindo os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos (Negócios e Tecnologia da Informação) relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o afetem. Documentou-se de atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado as ações necessárias para remediar eventuais falhas ou fragilidades importantes para os processos e controles operacionais identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Os procedimentos adotados nas 4 (quatro) Linhas de Defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar impactos potencialmente relevantes foram regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) destacados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2026, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.3. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, promovendo, a cada 5 (cinco) anos, o rodízio do sócio e principais responsáveis pela realização de auditoria. Dada a sua missão e responsabilidade, o COAUD reitera que apresentou no final de 2025 ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente para o exercício social de 2026. Dado o rodízio retro mencionado, assume como sócio líder o Sr. André Dala Pola.

3.3.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para a auditoria do Exercício Social de 2026, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo do 1º semestre de 2026 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços do processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu

ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seu Relatório relativo à data-base de 31/12/2025, bem como àqueles identificados no planejamento de auditoria para o exercício de 2026.

O COAUD avaliou regularmente a eficácia, o desempenho e a independência da KPMG, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência na prestação de serviços de auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, identificados em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhou as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê os resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do 1º semestre de 2026.

Adicionalmente, é oportuno destacar que o COAUD, ao tomar conhecimento de eventos relevantes que envolvam a KPMG, no Brasil e no exterior, interpela imediatamente os auditores independentes, que apresentam tempestivamente explicações e explicações acerca da ocorrência, como foram regularizadas, riscos potencialmente identificados para o exercício independente dos trabalhos da empresa, e eventuais impactos aos trabalhos em andamento. Eventos mantidos em processo de follow-up até suas plenas resolutividades.

3.3.2. Realização de “Outros Serviços” pela Auditoria Independente

No âmbito de sua atribuição de monitorar e avaliar a independência do auditor independente, o Comitê de Auditoria toma ciência da extensão e natureza da realização de “Outros Serviços” pela KPMG. A execução de tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, deve ser objeto de avaliação primordial e preliminar por parte do auditor independente, de acordo com a sua política de independência, e observados os requisitos estabelecidos pela regulamentação promulgada pelo CMN, pela CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela SEC, pelo *Public Company Accounting Oversight Board* – PCAOB, pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* – IESBA e pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* – IAASB, de forma a garantir que não representam conflito de interesses.

A contratação de tais serviços ocorre somente após confirmação pela KPMG de que foram considerados todos os requisitos de independência, bem como o atendimento aos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho intimamente relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente; serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos de auditoria independente. “Outros Serviços” realizados pela KPMG no 1º semestre de 2026:

- Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, Revisão de ECF e trabalhos de Asseguração – Exercício de 2026;
- Tivio Capital DTVM – Fundos de Investimento;
- Bradesco Securities Hong Kong Limites – Demonstrações Financeiras;
- Banco Bradesco e Bradseg Participações – Laudos de Avaliação;
- Bradesco Gestão de Saúde – Asseguração Razoável das Informações Financeiras;
- Banco Bradesco e Banco Votorantim – Contrato entre as partes;

- Odontoprev – Auditoria e Outros Serviços Profissionais (Lei do Bem);
- Bradesco Argentina de Seguros – Relatório Regulatório em atendimento ao Supervisor Local;
- Bradesco Bank, Bradesco Global Advisors e Bradesco Investments – Demonstrações Financeiras; e
- Banco Bradesco Europa – Demonstrações Financeiras.

O COAUD não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos “Outros Serviços” pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

3.4. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna Global (AIGL), em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o COAUD aprovou o Plano de Auditoria Anual e eventuais atualizações relevantes promovidas ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, critérios contábeis, fiscais e tributários, tecnologia empregada ao negócio, conduta no relacionamento com clientes e conformidade, e resiliências - financeira e operacional.

Os resultados do trabalho da Auditoria Interna Global, juntamente com a avaliação da governança, gestão de riscos e estrutura de controle e processos, são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, disponibilizados no Sistema Operacional SIAI, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o Comitê acompanha o estabelecimento de calendário adequado para remediar as questões indicadas, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução, acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna Global mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso aos relatórios e registros de suporte.

Anualmente, a função da Auditoria Interna Global é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a sua Diretoria Executiva. Também, a citada Diretoria é avaliada formalmente acerca de sua atuação estratégica, comportamental, independência e de resultados. Tais avaliações são itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). A avaliação da auditoria interna referente ao

Exercício Social de 2025 foi conduzida pelo COAUD, em observância à Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos órgãos reguladores.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com as dependências de Gestão Integrada e Riscos Financeiros, Riscos Digitais, Riscos de Crédito - Varejo e Atacado e de Gestão de Riscos Não Financeiros, bem como outras áreas da Organização Bradesco, a exemplo da AVIM – Área Validação Independente de Modelos, na observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, garantindo que as áreas de responsabilidade comum tenham sido tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê ou em discussões com o Coordenador do COAUD, com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou ainda identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

O COAUD tem acesso às Matrizes de Riscos das dependências da Organização Bradesco, possibilitando acompanhar, em particular, os riscos altos e muito altos, fortalecendo a visão tempestiva das operações versus controles versus riscos. Também tem acesso aos Sistemas Operacionais denominados SIAI - Auditoria Interna Global e GRCA – Gestão de Riscos Não Financeiros.

4.2. Detalhamento das principais atividades e temas significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o Exercício Social de 2026 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais temas abordados e ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, inclusive Notas Explicativas, relatórios da administração e do Auditor Independente	Principais políticas contábeis, práticas e critérios gerais adotados: Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Gestão Integrada e Riscos Financeiros, Gestão de Riscos Não Financeiros, Risco de Crédito – Atacado e Varejo, Riscos Digitais, Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna Global (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG);

	Avaliação criteriosa das políticas contábeis mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras – Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) – e as IFRS promulgadas pelo IASB; Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas: Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB; Ambiente macroeconômico no Brasil: especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais identificados para operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (Auto-RE, Vida e Previdência, Capitalização e Saúde); Auditoria Independente: Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais de 31/03/2026 e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2026, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações divulgadas, inclusive quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, que compõem as Demonstrações Financeiras Consolidadas, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto; Revisão das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – e Relatórios da Administração (ITR de 31/03/2026) e semestral de 30/06/2026: endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.
Empresas ligadas e controladas	Destaque para atividades relacionadas ao Grupo Bradesco Seguros, Aarin, RCB, Grupo Alelo, Tivio, Banco John Deere, CIELO, e Banco Digio: Acompanhamento dos principais aspectos associados à elaboração das Demonstrações Financeiras, inclusive mediante discussões regulares com os Comitês de Auditoria do Grupo Segurador (Bradseg e Bradsaúde). Em tal processo o COAUD exerce suas atribuições mediante reuniões de monitoramento com os responsáveis pelos registros contábeis e requerimentos legais aplicáveis à essas organizações, bem como os auditores interno e independente. Nessas ocasiões são discutidos temas relevantes de caráter operacional, legal, fiscal, tributário e de tecnologia da informação, com destaque para governança, estrutura administrativa, estratégias, resultados, gerenciamento de riscos, controles internos, apontamentos relevantes pela auditoria interna e pontos dos auditores independentes.
Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos	Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD): o cálculo da provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como inadimplente e a expectativa de recuperação do instrumento. Tais parâmetros devem ser estimados de forma prospectiva, com base nas condições econômicas correntes e esperadas, considerando os estágios em que os instrumentos estão classificados. Como objetivam refletir a expectativa de perdas em cenários econômicos, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais e futuras. Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD se destacaram a redução ao valor recuperável; carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos portfólios Massificados e Dívida Corporativa; Mensuração de instrumentos financeiros: Devido às condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do comportamento da inflação e da taxa básica de juros estabelecida pelo

	Bacen, o COAUD discutiu periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo; Créditos tributários: Atenção especial dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto ao ambiente macroeconômico, nos resultados futuros da Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, tomar conhecimento das projeções de probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégias de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto ou sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e, portanto, objeto somente de Nota Explicativa); Valor Recuperável dos Ativos – Ágio (Goodwill) e outros ativos não financeiros: A Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (<i>goodwill</i>) e outros ativos não financeiros, com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de desconto e fluxos de caixa esperados, em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão; Provisões e Passivos Contingentes: Processos legais e questões regulatórias – Julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências, e acompanha com rigor crítico os modelos e critérios adotados para a constituição de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; Conta Gráfica: Processos decorrentes de aquisições e alienações de controles acionários, cujas responsabilidades legais e pelas exigibilidades financeiras ficam acordadas em Contratos; Grupo Bradesco Seguros – Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização: o COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo os Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados). Reunião de alinhamento com os Comitês da Bradseg e Bradsaúde acerca do resultado obtido pela PwC Auditoria Independente, responsável pela Auditoria Atuarial no Grupo Bradesco Seguros. Contabilidade de cobertura (<i>hedge accounting</i>): dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura abordados pelo COAUD, atenção particular para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. O COAUD discutiu as principais características das operações de cobertura registradas, a observância da governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.
Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	
Estratégia da Organização Bradesco e requisitos regulatórios de Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	Acompanhamento dos esforços da administração para incorporar os requisitos regulatórios e aprimorar os relatórios de Sustentabilidade, incluindo tópicos associados à ESG e, particularmente, questões de riscos climáticos. Ao longo do 1º semestre de 2026 o COAUD tomou conhecimento do alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação da Resolução CMN nº 4.943, de 2021, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e da

	Resolução CMN nº 4.945, de 2021, com aprimoramentos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022. Adicionalmente, o COAUD tomou conhecimento dos processos em andamento para a observância dos requerimentos estabelecidos pela Resolução CVM nº 59, de 2021, que requer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Adicionalmente, com a promulgação pelo <i>International Sustainability Standards Board</i> – ISSB, em junho de 2023, de normas internacionais com recomendações para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade (IFRS S1) e para divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2), a CVM determinou sua observância no Brasil, nos termos da Resolução CVM nº 193, de 2023, a partir do Exercício Social de 2026. Igual decisão tomou o CMN, por meio da Resolução nº 5.185, de 2024, determinando que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o Relatório de Sustentabilidade em conformidade com os mencionados IFRS S1 e IFRS S2. A considerar que em 29/05/2026 a CVM divulgou a Resolução 244 que reforma a Resolução 193 mantendo o caráter voluntário para a divulgação do IFRS S1 e IFRS S2, mantendo o padrão no modelo “pratique ou explique”. Para as instituições financeiras à observância aos mencionados IFRS S1 e S2 permanecem em vigor pela Resolução CMN 5185/24. O COAUD passou a dedicar mais tempo para compreender aspectos como sistemas de controle interno voltados para identificar, quantificar e divulgar tais riscos, os esforços para desenvolver medidas e métricas para o acompanhamento dos avanços e dos compromissos assumidos pela Organização Bradesco, e a governança adotada para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade na forma determinada pelos reguladores. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de Crédito, a Bradesco Asset Management (BRAM), a área de Gestão Integrada e Riscos Financeiros, a Controladoria e a área de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG – Ambiental, Social e de Governança, inclusive da elaboração do Relatório de Sustentabilidade.
Auditoria Independente	
Planejamento e execução da Auditoria Independente	Processo: Análise e discussão detalhadas sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria; Execução: Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado; Recomendações: Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes; Relatórios: Discutiu melhorias nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas; Posicionamentos acerca da Imagem – Reputacional: Na eventual citação da Auditoria Independente na mídia, seja esta qual for, em registros que requeiram explicações formais de seu sócio Líder, as mesmas ocorrem tempestivamente, com fundamentações da causa raiz e efetividade na condução das resolutividades requeridas pelos respectivos Órgãos demandantes dos Ofícios decorrentes. Registros mantidos em Atas de Reuniões, e em processos de follow-up pelo Comitê; Revisão: Analisou os relatórios do auditor sobre a ITR para a data base de 31/03/2026, bem como das Demonstrações Financeiras de 30/06/2026, antes que o Auditor Independente as apresentasse para o Conselho de Administração.
Relacionamento	O Auditor Independente participou de várias reuniões do COAUD, permitindo que este atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.

Auditoria Interna	
Planejamento e execução da Auditoria Interna	Dispositivos legais e normativos: Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos (Negócio e TI); Plano de trabalho para 2026: Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente, alinhamento à estratégia e demandas regulatórias; Execução do plano de auditoria: Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna no 1º semestre de 2026, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional, bem como exercer controles rígidos sobre suas recomendações e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação de resolutividades.
Relacionamento	Reuniões com o COAUD: A Diretoria Executiva da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões do COAUD e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	O COAUD avalia regularmente a execução dos trabalhos da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, contingências, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	Recursos: Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2026, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de trabalho. Em especial, na capacitação das Equipes em IA – Inteligência Artificial.
Controles internos e Ouvidoria	
Sistema de controles internos	Sistema de Controles Internos: o COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com as áreas de Segurança Corporativa, Gestão Integrada e Riscos Financeiros, Gestão de Riscos Não Financeiros, Risco de Crédito – Varejo e Atacado, Riscos Digitais, AIGL, Auditoria Independente e demais áreas de negócio, a atuação efetiva das 4 (quatro) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios e de tecnologia da Informação.
Ouvidorias	Bradesco e Grupo Bradesco Seguros: Reuniões periódicas com representantes da Ouvidoria do Bradesco e com os membros dos COAUDs da Bradseg e Bradsaúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados quanto aos procedimentos vigentes normatizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar anomalias identificadas, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos na construção dos produtos e o acultramento das Áreas na comercialização destes na Organização Bradesco.
Negócios e concorrência	
Negócios e concorrência	Gerenciamento das Carteiras de Crédito: Acompanhamento da evolução das carteiras de crédito. Atenção especial foi dada ao alinhamento da estratégia relacionada a ESG e à concessão de créditos, aos controles internos e governança, à evolução das contratações conduzidas por meio dos canais

	digitais e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações e baixas; Conduta, <i>suitability</i> e atendimento a pessoas potencialmente vulneráveis: Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância dos requisitos regulamentares, dado o contingente de clientes caracterizados como “potencialmente vulneráveis” e as demandas de natureza regulatória; Relacionamento com Clientes: Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor, inclusive tendo em conta os temas identificados pela Organização Bradesco (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria); Cidadania Financeira: Acompanhamento do Projeto voltado para o atendimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 8, de 21/12/2023, instituindo medidas direcionadas à clientes e usuários pessoas naturais, incluindo empresários individuais; Inovação Tecnológica: atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do <i>Open Finance</i>, <i>Fintechs</i> e outras <i>startups</i>, uso de nuvem (<i>cloud</i>), inteligência artificial, Big Data, ativos digitais, entre outros.
Gestão de riscos	
Gestão de riscos	Coordenação com outros Comitês: Participação em reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, as diversas Áreas de gestão de riscos, regulamentação, Auditoria Interna, e outros. Entre os tópicos discutidos destaque para o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto de Denúncias, risco de fornecedor; Estratégia, estrutura e política para gestão de riscos: Acompanhamento dos trabalhos da área de Gestão de Riscos Não Financeiros para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos das dependências de Gestão Integrada e Riscos Financeiros e de Gestão de Riscos Não Financeiros, gestor corporativo do Sistema de Controles Internos, visão Negócios e da Área de Riscos Digitais, enquanto gestor corporativo do Sistema de Controles Internos voltados a TI.; Áreas de negócio: Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos associados; Riscos de Mercado e Liquidez: Acompanhamento semanal, por intermédio de relatórios elaborados pela área de Gestão Integrada e Riscos Financeiros, dos resultados da carteira “trading” e os limites estabelecidos pela governança para <i>Value at Risk</i> (VAR), <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) – Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira “Banking”, com correspondentes <i>Economic Value of Equity</i> (ΔEVE); Risco de Crédito: Acompanhamento com as áreas de Risco de Crédito – Varejo e Atacado, Recuperação de Créditos, e ID – Setor de Garantias, e Concessão de Crédito, para conhecimento da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmentos, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios massificados (requisito regulatório a partir de 1º de janeiro de 2025) e movimentação dos Ratings da Dívida Corporativa. Riscos Digitais: Em decorrência da adoção cada vez mais abrangente de canais digitais para atendimento aos clientes, avanço para utilização de processamento em nuvem, uso crescente de inteligência artificial e a necessidade de atender ferramentas como <i>open finance</i> e PIX, que ampliam a eficiência operacional, com maior agilidade nas transações e redução de custos, e aprimoram a experiência do cliente, as vulnerabilidades potenciais elevaram a complexidade de riscos digitais. O COAUD acompanhou a evolução na gestão de tais riscos, que passou a ser mais proativa e estratégica, além da tradicional função reativa a incidentes críticos,

	objetivando a identificação, ação tempestiva, solução definitiva de problemas e causas raiz, e a resiliência operacional, com foco também na mitigação de riscos reputacionais, regulatórios e estratégicos. Em particular, considerando o ambiente híbrido de ferramentas de tecnologia em uso na Organização, o COAUD buscou a compreensão dos riscos e estratégias associadas aos ambientes legados, processos manuais e arquiteturas fragmentadas. As ocorrências associadas a falhas tecnológicas, interrupções de sistemas, incidentes cibernéticos e questões relevantes associados a prestadores de serviços de tecnologia, são objeto de discussão do COAUD com a área de gestão de Riscos Digitais, auditoria interna e auditoria independente, tendo em conta a importância do tema e os potenciais impactos operacionais, reputacionais, regulatório e financeiros.
Órgãos reguladores (Questões regulatórias e compliance)	
Demandas e expectativas	Questionamentos do Bacen: Conhecimento do conteúdo dos Ofícios, das respostas e acompanhamento do progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup), do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta (por exemplo, fraudes e golpes, <i>suitability</i> e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes), e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.
Relacionamento com Órgãos Reguladores	Compliance: Acompanhamento da efetividade da área de Gestão de Riscos Não Financeiros e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios; Relatórios submetidos aos órgãos reguladores: O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa: Contínuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.
Tecnologia da informação	
Segurança e Controles em processos chave	Controles de aplicativos e gerais de tecnologia da informação: Acompanhamento das mudanças em andamento, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, migração para CLOUD, análise e resolução de incidentes relevantes. Cybersecurity: Contínuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, *compliance*, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços contínuos que vêm sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento àquelas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

O COAUD destaca os esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas ao pleno cumprimento dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o 1º semestre de 2026 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores independentes.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura macroeconômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros, considerando o ambiente macroeconômico e a característica de tais ativos, o tratamento contábil, a classificação nas carteiras de *Trading* e *Banking*, o reconhecimento de receitas ou perdas e a apresentação são adequados;

(iv) as bases de dados relativas às contingências são íntegras e os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, e para a classificação de tais obrigações como “remoto”, “possível” e “provável”, culminam com adequado volume de provisão constituído e divulgações em Notas Explicativas que fornecem informações suficientes aos investidores acerca dos passivos contingentes;

(v) as Provisões Técnicas do Grupo Bradesco Seguros são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM e os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas foram avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos órgãos reguladores.

Dado o presente ambiente macroeconômico e regulatório, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização em manter fortes controles internos no contexto dos desafios trazidos.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a Auditoria Independente e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2026 estão

apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA O EXERCÍCIO DE 2026

O ambiente macroeconômico e regulatório no Brasil continua a apresentar desafios importantes, o que se reflete na taxa básica de juros que iniciou uma trajetória de queda, mas ainda de maneira tímida, com a manutenção de política monetária restritiva, objetivando o atingimento da meta de inflação estabelecida pelo CMN.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento, o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças nesse ambiente, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala, como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao risco climático e a evolução das atividades dos controles internos do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o foco do COAUD continuará nos impactos no resultado (performance) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos, e discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os comitês de auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do Plano Anual da Auditoria Interna e do Plano de Trabalho da Auditoria Independente; (iii) buscar coordenação adequada com outros comitês do Conselho de Administração, especialmente o Comitê de Risco e o de Integridade e Conduta Ética; e (iv) garantir a eficácia do COAUD, levando em consideração quaisquer áreas de melhoria e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pelas Auditorias – Independente e Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (Fintechs), da transformação digital no sistema bancário brasileiro e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais digitais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Clientecentrismo) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes potencialmente vulneráveis, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), do Projeto de Educação Financeira e foco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

No âmbito da evolução tecnológica, tópico que tem demandado a atenção do Comitê diz respeito aos processos, riscos, controles, governança e oportunidades decorrentes do uso de Inteligência Artificial (AI) e *machine learning* (ML) como fundamentais em várias áreas da Organização, viabilizando o desempenho de atividades com maior precisão, rapidez e eficiência, entre outros atributos. Além da automação de tarefas operacionais, o uso de AI

tende a disseminar significativa e rapidamente para ações como detecção de fraudes e transações suspeitas de lavagem de dinheiro, prevenção de ataques cibernéticos, *compliance*, simulações, suporte à tomada de decisões e gestão de riscos, entre outros.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a ESG, com a aceleração no estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação promulgados pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB, impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nº 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, Resolução CVM nº 59, e Circular SUSEP nº 666, de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente.

Diante das informações atuais, o COAUD mantém-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, continuará a acompanhar os aprimoramentos na qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel das Auditorias – Independente e Interna.

Nesse contexto, manterá o monitoramento do cenário de relatórios de Sustentabilidade e avaliará as implicações para a Organização Bradesco, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA

ROGÉRIO PEDRO CÂMARA

(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES

(Especialista Financeiro)

ANTONIO JOSÉ DA BARBARA

(Membro)

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. referentes ao primeiro semestre de 2026 e, com base nas informações recebidas em reuniões com: (i) administradores e gestores de áreas; (ii) o Comitê de Auditoria e no seu relatório; e (iii) a KPMG Auditores Independentes Ltda. e nos seus relatórios, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da companhia.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2026.

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Ava Cohn

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Marcelo de Araújo Noronha, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2026, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2026.

Marcelo de Araújo Noronha
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, Cassiano Ricardo Scarpelli, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2026, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2026.

Cassiano Ricardo Scarpelli
Diretor Vice-Presidente